


# ALTO RISCO

SUPLEMENTO DO JORNAL ALTO RISCO  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS  
(instituição de utilidade pública)

N.º52 | 7ª Série | Março 2015

A photograph of Major-General Francisco Grave Pereira, President of the National Civil Protection Authority. He is seated at a desk, wearing a grey military uniform with red epaulettes and glasses. He is looking directly at the camera with a neutral expression. On the desk in front of him are several papers and a blue folder. To his left, a red flag is partially visible. The background is a plain, light-colored wall.

Entrevista a Major-General  
Francisco Grave Pereira  
Presidente da Autoridade  
Nacional de Proteção Civil  
**“A FEB é a minha  
guarda pretoriana”.**

# Pronto para a próxima missão.

Um profissional fora de estrada: o novo Unimog.

Extremamente robusto e altamente competente em todo-o-terreno: é isto que define o novo Unimog U 4023 / U 5023. No combate a fogos florestais, no auxílio em desastres naturais e inundações ou no transporte de material, este todo-o-terreno profissional é a resposta para intervir onde e quando for necessária a sua atuação. Graças à flexibilidade do chassis e suspensão, eixos porticos que permitem uma elevada altura ao solo e à travessia em água até 1,20m, o novo Unimog leva até ao fim todas as missões.



**Mercedes-Benz**  
Trucks you can trust

## Nova Geração de Rádios Digitais Profissionais DMR



### DMR Portáteis

- PD505
- PD565



VHF • UHF • 5/4W • 32/520 canais • IP54

### DMR

- PD605
- PD665
- PD685



VHF • UHF • 5/4W • 1024 canais • IP67

### DMR

- PD705
- PD785
- PD795 Ex



VHF • UHF • 5/4/1W • 32/1024 canais • IP67

### TETRA Portátil

- PT580 H



UHF 380-430MHz/410-470MHz • 3W • 2048/1024 canais • IP67

### TETRA Móvel

- MT680



UHF 380-430MHz/410-470MHz • 10W • 2048/1024 canais • IP67

### DMR Móveis

- MD655
- MD785



VHF • UHF • 25W • 1024 canais • IP54

### DMR Repetidores

- RD625
- RD985



VHF • UHF • 25/50W • 16 canais • IP54

Em 2014, a Hytera alcançou o 1º lugar de vendas em Portugal como os novos Rádios Digitais DMR. COMUNICAÇÕES SEGURAS. MAIOR ALCANCE. ELEVADA ROBUSTEZ. ALTA QUALIDADE DE ÁUDIO. MELHOR PREÇO.

Para mais informações contacte os distribuidores em Portugal



Rua Policarpo Anjos, 57-D, 1495-742  
Cruz Quebrada - Dafundo - Portugal  
Telefone: +351 214 143 851  
Fax: +351 214 143 827  
email.: [tecradio@tecradio.pt](mailto:tecradio@tecradio.pt) • [www.tecradio.pt](http://www.tecradio.pt)  
[www.hytera.de](http://www.hytera.de)

6



**Entrevista**

Presidente ANPC  
Major-General Francisco  
Grave Pereira

12



**Reportagem**

“Jornalistas e Bombeiros:  
a ameaça do terrorismo”

14



**Estudo PJ**

O retrato de  
um incendiário

18



**Reportagem**

“Os Jhiadistas  
Portugueses”

**Diretor**  
Filomena Barros

**Diretor-Adjunto**  
Sérgio Carvalho

**Redação**  
Cátia Godinho  
Miguel Marques

**Grafismo**  
João Botas Gonçalves

**Paginação**  
João Botas Gonçalves

**Fotografia**  
Gab. Aud. ANBP

**Publicidade**  
Paulo Bandarra

**Propriedade**  
Associação Nacional  
de Bombeiros  
Profissionais  
Av. D. Carlos I, 89, r/c  
1200 Lisboa  
Tel.: 21 394 20 80

**Tiragem**  
20 000 exemplares

Registo n.117 011  
Dep. Legal n. 68  
848/93

**Impressão**  
MX3



**Fernando Curto**

Presidente da Associação Nacional  
de Bombeiros Profissionais

# Conhecer e aprender

**A**inda agora está a começar a Primavera, mas o setor da Protecção Civil já pensa no Verão. Porque é a chamada época dos fogos florestais. Nesta edição da revista Alto Risco apresentamos a entrevista com o presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, Major-General Francisco Grave Pereira. Vem do Exército e está na ANPC desde maio do ano passado e fala dos desafios da instabilidade organizacional e de competência que encontrou. Garante que o dispositivo para o combate a incêndios florestais tem vindo a ser reforçado e defende a uniformização de formação dos comandos e bombeiros. Refere também o processo lei de financiamento dos corpos de bombeiros, que é uma preocupação do Estado mas também de todas as entidades que beneficiam do trabalho dos bombeiros.

Apresentamos também um artigo para ficar a conhecer um pouco mais sobre a organização dos bombeiros na Europa.

De Tavira chega a notícia de um produto original, uma mochila de hidratação para utilizar em teatro de operações, e que os bombeiros daquela corporação têm vindo a testar

em simulações. Mas esta ideia tem origem em Óbidos...

O que fazem os bombeiros e como o fazem, foi mais uma vez tema para o seminário com Jornalistas, que decorreu no dia 11 de Março. Data simbólica porque assinala os atentados de Atocha, em Madrid. O encontro serviu, uma vez mais, para debater as especificidades de cada uma das profissões, e de como se articularem quando estão no mesmo teatro de operações.

E quando dois jornalistas decidem contar como se faz um trabalho de investigação sobre uma ameaça terrorista nos dias de hoje... isso dá um livro! Hugo Franco e Raquel Moleiro, do semanário Expresso, falam nesta edição sobre “Os Jhiadistas Portugueses”.

Entretanto, está aí a Segurex 2015! A Feira tem mais empresas expositoras e um programa mais intenso de actividades, num evento que a organização espera receber 40 mil pessoas.

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais vai realizar um seminário sobre “Actividade do bombeiro no domínio da ocorrência do trauma”, no dia 8.

Visite também o stand da ANBP, de 6 a 9 de Maio, no FIL em Lisboa.

## Perfil

O Major-General Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira nasceu em Lisboa, em 1959. Das suas habilitações fazem parte o Curso de Engenharia da Academia Militar, os Cursos de Promoção a Oficial Superior e o Curso de Estado-Maior, do Instituto de Altos Estudos Militares e o Curso de Promoção a Oficial General do Instituto de Ensino Superior Militar. Da sua folha de serviços constam 12 louvores.

**“Nós não podemos falhar. Não é sequer opção”.**

O Major-General Francisco Grave Pereira é presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil desde maio de 2014. Em entrevista à Alto Risco, o responsável máximo da proteção civil fala-nos dos desafios com que o setor se debate e sobre as melhorias implementadas para fazer frente a mais uma época de incêndios.



# C

## Como encarou o desafio de ser presidente da ANPC?

Encarei como todos os desafios ao longo da minha carreira, com enorme empenho e entrega pessoal. É mais uma missão para cumprir, seguramente diferente de outras que tive ao longo da minha

carreira militar. Gosto de estar um tempo determinado em determinadas funções e depois mudar, evitando vícios e a acomodação. Para mim, os domínios da proteção civil não me eram totalmente estranhos. Sou do Exército, de Engenharia Militar, Arma que tem uma ligação muito grande às populações e às catástrofes por força das suas capacidades próprias, seja dos recursos humanos, seja dos materiais e equipamentos de que dispõe. Algo que fiz muitas vezes enquanto capitão foi coordenar ações no terreno, como a montagem de pontes quando havia inundações, por exemplo.

A minha área de origem no Exército sempre teve uma relação com a proteção civil e por essa via fui sempre acompanhando estas matérias. Estive ligado à génese do Plano Lira, por exemplo, que hoje é o Plano das Forças Armadas para apoio no combate aos incêndios florestais.

Isto para dizer que fui desempenhando, ao longo da minha carreira, muitas

tarefas com relação com a proteção civil. Claro que uma coisa é ser agente de proteção civil e ir participando de vez em quando; outra coisa é a enorme responsabilidade que é gerir esta Autoridade (Nacional de Proteção Civil) que tem um conjunto de atribuições muito grande e muito diversificada, atribuições que se refletem nas quatro direções nacionais que compõem a nossa orgânica, mais a estrutura associada ao comando nacional de operações de socorro.

## Que outros desafios encontrou na ANPC?

Eu encontro todos os dias desafios, porque a ANPC tem algumas dificuldades, sendo talvez a maior, a sua instabilidade organizacional e a constante integração de novas competências. Ainda hoje não temos uma estrutura consolidada. A nossa lei orgânica saiu no dia 31 de outubro, fruto de mais uma alteração substancial nas nossas atribuições, porque incorporámos,



com a extinção da EMA, a gestão do dispositivo de meios aéreos que asseguram as missões públicas atribuídas ao Ministério da Administração Interna.

No meio de todas estas alterações de orgânica, temos de ter uma estrutura que não pode parar para se organizar e temos que, a cada momento, garantir que continua a ser eficaz.

Neste momento estamos a consolidar toda a estrutura interna da ANPC. Só com uma estrutura consolidada se podem definir estratégias, objetivos e metas e envolver as pessoas. Porque esta área tem que ter objetivos a prazo (quatro a cinco anos), com metas intermédias, que vão sistematizando o caminho a percorrer. Importa arrumar a casa, ao mesmo tempo que se garante que o socorro, a nossa face mais visível, é feito e prestado em condições. Temos que estar sempre preparados, ao mesmo tempo que nos estamos a organizar. Também a administração pública sofreu alterações que perturbam o nosso funcionamento. Há uma mobilidade dos recursos humanos maior do que antigamente, que embora se perceba e aceite, prejudica a estabilidade e níveis de competência, que esta atividade exige.

Aqui é normal alguém sair porque

concorreu a algum cargo na administração pública, por exemplo. Mas sendo a proteção civil uma área que abarca conhecimentos tão específicos, não é fácil perder um técnico e substituí-lo por outro, com a mesma competência. E nós temos pouca gente.

**“A proximidade do socorro, para mim, é fundamental”**

Apesar disso, há uma necessidade de exigência e qualidade no que fazemos que continuamos a garantir. Nós não podemos falhar. Não é sequer opção.

**Relembrando o ano de 2013. Que melhorias é que foram implementadas, de maneira a que se possam prevenir e evitar situações como as que ocorreram?**

Foram muitas. O ano de 2014 foi já um reflexo das muitas medidas que foram implementadas ao longo do ano. No final da avaliação do ano de 2013 foram introduzidas muitas medidas. Uma delas foi a aposta no treino operacional. Essa é uma pedra basilar no processo. Só deixa de haver acidentes com pessoas, quan-

do elas souberem comportar-se perante situações de risco. E isso só se consegue com formação e depois com muito treino. A repetição mecaniza respostas, que devem estar automatizadas em termos de procedimentos. Se estiver numa situação de risco, tenho que agir quase sem pensar. Enquanto isto não acontecer, é porque falta treino.

Os equipamentos são também uma ferramenta muito importante. Mas mais importante do que apetrechar os bombeiros com bons equipamentos de proteção individual, é o facto de a cada momento terem não só esses meios, mas saberem como atuar perante situações de grande risco. Cada bombeiro tem que perceber até onde pode arriscar pela sua segurança. E essa foi a nossa grande aposta em 2014, dar a noção de que a primeira coisa em que têm de pensar é na sua segurança, garantir que se mantêm vivos para poderem operar, para poderem salvar e proteger o que está ao seu alcance. Preservar a vida humana é um valor fundamental na nossa sociedade, mas que têm de ser trabalhado e melhor compreendido no quadro das exigências da atividade operacional.

É evidente que o dispositivo em 2014 foi reforçado, porque tivemos como refe-

rência 2013, e de facto soube responder bem. O que melhorou muito foi também a atuação e a coordenação no teatro de operações e no processo de gestão das ocorrências associadas aos incêndios.

É preciso compreender que 2014 correu bem, mas tivemos grandes incêndios. Aquele que tenho mais presente foi o da Pampilhosa, que devia ser apresentado como um “case study” de como deve decorrer o combate a um incêndio. É verdade que os meios estavam todos disponíveis. Mas foram pedidos no momento adequado, atuaram de forma sincronizada, os bombeiros foram bem escolhidos para a atuação, tudo correu bem. Era um incêndio de enorme complexidade e com potencial para se descontrolar. Ardeu uma área importante, é verdade. Mas não há dúvida que todo o trabalho de coordenação e de terreno, foi o corolário de um trabalho de planeamento e preparação, e em que vemos claramente que a formação valeu a pena.

**Esta situação da formação remete-nos também para a formação do comando...**

Houve um trabalho forte na Escola (Nacional de Bombeiros). A formação começa no bombeiro enquanto indivíduo, mas não há dúvida que a responsabilidade maior tem de ser colocada na estrutura do comando, porque é quem pede e quem articula os meios, e esse esforço foi muito conseguido e consolidado nesta ligação estreita que temos com a Escola Nacional de Bombeiros. Mas considero que também nesta área temos muita margem para melhorar.

**A formação dos comandantes foi de resto uma das conclusões do relatório aos Incêndios de 2013...**

Nós temos uma realidade muito própria e que não podemos minorar. Quando temos um número de ignições muito significativo, nós projetamos forças (equipas, viaturas, meios diversos) para teatros de operações que essas forças muitas das vezes não conhecem. O que acontece é que temos bombeiros essencialmente habituados a combater incêndios urbanos e que passam a combater incêndios florestais e temos da mesma forma comandos que não têm hábito de trabalhar nesses cenários. O que temos que garantir é que haja uma uniformização e padronização da

formação, quer dos comandos, quer dos bombeiros, para estas áreas. Temos uma dificuldade, é verdade. Temos um sistema que assenta, no voluntariado, o que limita na disponibilidade que temos em pegar nas pessoas, juntá-las e treiná-las.

As características do mercado laboral de hoje faz com que cada vez seja mais difícil conseguirmos essa disponibilidade dos bombeiros voluntários. Temos que apostar na formação, no treino generalizado, mas procurando cenários o mais parecido possível com o terreno, e promover um conhecimento mais cuidado dos potenciais locais de atuação, garantindo que quem está a comandar os setores num incêndio, conhece a zona, conhece o terreno e isto é fundamental que se insista e se trabalhe com todo o rigor e atenção. Temos hoje a possibilidade de trabalhar, por exemplo, com um conjunto de tecnologias de georreferenciação, que nos permitem ter a noção de onde estão as pessoas e os meios no terreno. Os rádios SIRESP que estamos a adquirir para fornecer aos corpos de bombeiros têm GPS. Isto permite-nos que o comandante de operações não só saiba onde está o incêndio, mas também acompanhe a onde estão os seus homens. Com distanciamento, pode conseguir dizer-se e dar orientações precisas e imperativas.

**O sistema SIRESP foi melhorado?**

Há zonas sombra no sistema, por um lado, embora o SIRESP seja sempre um sistema redundante face a outros meios de comunicações, zonas essas cada vez mais colmatadas com a distribuição de novos equipamentos e cobertura de rede. Por outro, o que aconteceu por vezes em 2013 foi que as zonas onde as antenas se encontravam localizadas foram apanhadas pelos incêndios, o que as tornou inoperacionais. Foi por isso criado um novo sistema de fornecimento de energia redundante às antenas de comunicações. Temos hoje geradores para instalar em antenas do SIRESP e isso garante-nos uma manutenção da cobertura das comunicações.

**Falando da crise do voluntariado. Há zonas no país em que há problemas de recursos humanos. Como se pode resolver essa situação? Reorganizando o socorro? Apostando na profissionalização?**

Nós temos, por um lado, um problema demográfico muito sério. Temos o enve-

hecimento das populações que é incontornável. Assim, há menos gente e há menos jovens. Depois, temos um problema de migração, não só interna, como externa. Uma das causas é o contínuo abandono das terras e do interior e em certas áreas haverá menos gente e por isso menos bombeiros, porque eles estão no litoral e nas cidades e agora também há a saída para o estrangeiro, com especial incidência nos jovens.

A aposta pode passar por uma sectorização regional diferente (por um lado), e por uma maior estabilidade na base da estrutura operacional- Aqui temos o exemplo das EIP - Equipas de Intervenção Permanentes, financiadas pela ANPC e pelos municípios em partes iguais. É uma figura que tem vindo a ter uma maior atenção e interesse das Câmaras Municipais. Neste momento temos vários pedidos de autarquias nesse sentido, pelo que tere-

**“Cada bombeiro tem que perceber até onde pode arriscar pela sua segurança”**

mos que fazer uma análise operacional mais alargada para definirmos critérios para a criação dessas equipas, limitada às nossas disponibilidades financeiras. Em Viana do Castelo, por exemplo, o ano passado não tivemos sucesso, mas este ano temos a possibilidade de criar três EIPs, o que irá ocorrer no próximo dia 15 de maio, marcando também o início da fase Bravo do DECIF!

Todo este esforço deve ser acompanhado de campanhas de sensibilização para o voluntariado, numa tentativa de motivação dos jovens para esta atividade de elevado sentido de cidadania e que concentra em si os maiores valores de solidariedade e altruísmo. Mas não escondemos que estamos num momento em que não é fácil chamarmos pessoas para o interior.

Nós procuramos fazer este trabalho de sensibilização. Acho notável os jovens despenderem os seus fins-de-semana e as suas noites para ajudarem os seus concidadãos e o seu país, a troco de nada. E nesse “a troco de nada” temos que ser capazes de arranjar alguma forma de incentivo e não é necessariamente dinheiro. Se me



“Temos que garantir uma uniformização da formação”

perguntar o que é, não temos uma resposta única, nem isolada. Mas acho que o país tem que fazer uma reflexão sobre o assunto, porque as dimensões do socorro são muitas e é muito importante preservar esta base do voluntariado.

A proximidade do socorro, para mim, é fundamental. É quem está mais próximo que sabe como deve atuar e, se estamos a empenhar os níveis mais elevados, é porque falharam os níveis de proximidade, lógica fundamental de todo um sistema de proteção civil.

**Alguns municípios deparam-se com problemas de financiamento dos seus bombeiros profissionais. Seria necessária uma redefinição do financiamento?**

Está a decorrer um processo de revisão da lei de financiamento dos corpos de bombeiros, também para se evitar uma coisa que é quase degradante, que são os peditórios dos bombeiros nas estradas para terem dinheiro para assegurarem a sua atividade. O socorro é antes de mais uma responsabilidade do Estado e é o Estado (ao nível central mas também municipal) que tem que criar condições

para que esse socorro funcione.

Esta lei de financiamento vem ainda preocupar-se que esse financiamento seja feito não só pelo Estado, mas por todas as entidades que beneficiam com o trabalho da proteção civil, e em particular dos serviços prestados pelos corpos de bombeiros: temos as vias de comunicação, os seguros, as estradas de Portugal, as SCUT. Quem explora e tem lucro, deve partilhar esse lucro com quem ajuda a que esse lucro possa existir.

**Entretanto alguns municípios têm aplicado a taxa municipal de proteção civil, às vezes com alguma relutância da população...**

Estamos num momento em que a carga fiscal é muito elevada. As pessoas vêem os rendimentos a estagnar e mesmo a diminuir, o nível de vida também e os impostos a agravarem-se. E neste caso, mais um euro é mais um euro. Compreendemos essa relutância, tanto mais que esses valores às vezes traduzem-se em investimentos pouco visíveis, mais ligadas ao planeamento e à preparação. Mas nestas áreas, estas receitas são bem

empregues pelos municípios.

**Que desafios é que existem para a Força Especial de Bombeiros?**

Foi para mim uma das novidades que encontrei aqui na Autoridade Nacional de Proteção Civil. Acho que a Força Especial de Bombeiros deve ser mais do que é hoje. É a minha ‘guarda pretoriana’, mas que tem de ter outras capacidades. A ANPC tem que ter profissionais para projetar no terreno, em qualquer lado, e em qualquer momento, com autonomia, sem precisar de pedir autorização a ninguém, seja a nível nacional, seja externo. Os “Canarinhos” nasceram para o combate aos incêndios florestais, que foi uma ideia muito interessante e importante e fazem hoje um trabalho fundamental no Verão. Mas para Força Especial é curto. A ANPC tem que ter bombeiros prontos, 12 meses por ano. Importa por isso criar as condições para que eles atuem perante diferentes exigências e solicitações. Não se julgue que quando não há incêndios, não estamos a fazer nada. Mas temos que elevar o nosso nível de prontidão e isso significa organizar muita coisa, preparar outras valências e outras capacidades.

Eu entendo que a FEB tem que ter uma componente de projeção de ajuda nacional e internacional. Vivemos num mundo cada vez mais globalizado e em permanente interdependência e interajuda. E nós temos que ter a capacidade para responder afirmativamente em tempo útil, até porque temos também os nossos próprios interesses estratégicos e responsabilidades. Temos acima de tudo de ser solidários, até porque também temos que esperar que os outros sejam solidários quando nós precisamos. E isso tem acontecido, por exemplo, quase todos os anos, na disponibilização por parte de outros países de meios aéreos de apoio ao combate a incêndios.

A atividade de proteção civil pauta-se cada vez mais por um rigor na atuação no terreno e em tudo o que seja resposta operacional e isso faz-se com preparação e planeamento e faz-se também com investimento em homens e mulheres motivados e preparados para fazerem da sua vida, uma profissão com esta vocação, absolutamente centrada no socorro e na proteção de pessoas e bens perante os mais diversos riscos e ameaças.

**INSCREVE-TE**

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

# SEMINÁRIO

8 de Maio de 2015 – 15h00

Auditório da Feira Internacional de Lisboa – **SEGUREX**

## Consolidação e Melhoria da Cadeia de Sobrevivência

**Enfermeiro**  
Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa

**Enfermeiro**  
Instituto Nacional de Emergência Médica

**INSCRIÇÕES**

DIREÇÃO NACIONAL 213 942 080 / 918 501 080 EMAIL: [anbombeirosp@mail.telepac.pt](mailto:anbombeirosp@mail.telepac.pt)

fundação eip | AP | FIL | SEGUREX 04 DE MAIO 2015 | ANPC | INEM | 4EMES

Produção Profissional patrocinada pelo apoio de SEGUREX – Co-organização: Associação, Lda. Segurança certificada pela

# XXVI Jornadas de Prevenção e Segurança na Floresta do Betão

## “Jornalistas e Bombeiros: a ameaça do Terrorismo”

(Por Cátia Godinho)

“Um tema desafiante”. Foi assim que o Diretor Nacional de Bombeiros, Pedro Lopes, em representação do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil definiu o encontro “Jornalistas e Bombeiros: a ameaça do Terrorismo”, realizado a 11 de março no Auditório dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa.

“O mundo em que vivemos origina novas necessidades e formas de trabalho com os jornalistas que são quem transmite informação pública, desempenhando um papel importante na sociedade atual”, salientou o responsável, perante uma plateia constituída por agentes de proteção civil, bombeiros e por jornalistas.

Já o comandante do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, Tenente-Coronel Pedro Patrício, defendeu que para os agentes de proteção civil, o terrorismo “é diferen-

te do tipo de perigo a que estamos habituados”.

Neste encontro, que ocorreu simbolicamente no dia em que se assinalaram os 11 anos passados sobre o atentado terrorista em Madrid, quatro jornalistas foram convidados a falar das suas experiências no terreno, em cenários de atentados terroristas.

Catarina Neves (Televisão SIC), Hugo Franco (Semanário Expresso), António Rodrigues (Sindicato Jornalistas) e Sérgio Vicente (Televisão RTP) partilharam as dificuldades sentidas no desenvolvimento do seu trabalho. A jornalista da SIC falou do desafio que enfrentou aquando dos atentados de Paris ao jornal Charlie Hebdo e das dificuldades de confirmar e transmitir informações fidedignas em cenários difíceis como este. Também Hugo Franco partilhou as experiências vividas na sequência das

várias reportagens feitas sobre os jihadistas e que resultou na edição de um livro. Já António Rodrigues falou das dificuldades inerentes ao trabalho desenvolvido pelos jornalistas e Sérgio Vicente partilhou a azáfama vivida nas redações quando confrontadas com um acontecimento limite como um atentado terrorista.

As suas intervenções lançaram o mote para um debate, moderado pela jornalista da Rádio Renascença, Filomena Barros, que permitiu um encontro de experiências e um limar de divergências.

A iniciativa da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, que promoveu o encontro, foi elogiada pelos profissionais de comunicação que participaram.



## Catarina Neves SIC

### Quais as conclusões deste seminário?

Foi importante perceber que há vontade de parte a parte de fazer mais formação nesta área. Quando nós jornalistas pisamos um pouco o risco, isso pode ter efeitos que minam a relação e a ideia que o outro lado tem do que é o jornalismo e como ele é feito. E perceber que os bombeiros têm noção de que nem sempre estão assim tão bem organizados na relação com os jornalistas.

### Foi um debate interessante com os elementos da proteção civil?

O jornalismo é um exercício de bom-senso e cuja base é a simplicidade. A prática do jornalismo para quem está no sofá, parece ao alcance de todos e fácil. Mas, numa área em que o jornalista não é especialista, a tensão pode condicionar a ação dos profissionais naquele momento. Quer cumprir sempre as regras todas e não exagerar um pouco. Isso é difícil, é um exercício constante da parte dos jornalistas, mas nem sempre bem conseguido.



## Hugo Franco Semanário Expresso

### Quais as conclusões que retira deste seminário?

Foi um seminário muito interessante. Permitiu trocar alguns pontos de vista. Pudemos ouvir colegas que estiveram nos atentados de Paris e conseguir perceber como funciona uma reportagem nesta situação.

E como nunca estive num cenário de atentado terrorista, foi um prazer e um privilégio poder ouvir como é o “modus operandi” entre os polícias e os jornalistas e a própria rotina dos jornalistas.

### Foi um debate interessante com os elementos da proteção civil?

Foi uma discussão muito interessante com os bombeiros e a proteção civil para perceber um pouco onde estão os nossos limites”.



## Sérgio Vicente RTP

### Quais as conclusões deste seminário?

Felizmente, dentro daquela sala, estavam poucas pessoas que tenham assistido a um atentado terrorista. Mas, por outro lado, numa fatalidade destas, a maior parte dos protagonistas estavam ali: bombeiros, proteção civil, forças de segurança e, também os jornalistas.

### Foi um debate interessante com os elementos da proteção civil?

É importante esta relação e saber como conversar e, quando estamos no terreno, conhecermo-nos. Porque muitas vezes o que acontece é que a falta de conhecimento das duas realidades faz com que nunca consigamos caminhar lado a lado”.



## António Pinto Rodrigues Sindicato Jornalistas

### Quais as conclusões deste seminário?

É difícil estar preparado para um cenário desses, que é extremo. No entanto, deste seminário sai sublinhado e reforçado que se cada um cumprir com aquilo que sabe, não complica o trabalho do outro.

### Foi um debate interessante com os elementos da proteção civil?

Se todos cumprirmos o seu papel, sai um bom trabalho. É só preciso cumprir um aspeto fundamental: nós temos direito a informar e os cidadãos têm o direito a serem informados. A partir daqui cada um deve jogar o jogo, que deve ser bem jogado, consoante interesses mais altos e o nosso trabalho no terreno que, como é óbvio, será dificultado.

# Retrato de um incendiário

(Por Miguel Marques)

O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios já foi apresentado, com um orçamento equiparável ao do ano de 2014. As falhas de anos anteriores foram identificadas. No entanto, as estatísticas de anos anteriores apontam para que a maioria dos incêndios tem na sua origem mão humana, quer por negligência, quer por forma intencional. Em 2014 foram detidos 89 incendiários, ainda assim um número inferior a 2013. Um estudo do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC) sobre o perfil do incendiário florestal, descreve em detalhe quais as suas características e modo de operar.

**É** do sexo masculino, solteiro, analfabeto ou com 1º ciclo, sem condenações anteriores, operário não especializado, reformado ou desempregado, pratica o crime durante a tarde, ou ao início da noite, usa a chama direta para fazer a ignição, abandona o local após o crime e reside na mesma localidade do espaço incendiado. É este o retrato-robot do incendiário português, feito pela Polícia Judiciária.

O retrato dos incendiários está feito e é conhecido das polícias. Mais de 90% dos incendiários são homens e a maioria tem mais de 36 anos. Apenas uma pequena parte beneficia do fogo que provoca, pois normalmente, fazem-no por vingança ou devido a perturbações psíquicas.

São estas algumas das conclusões de um estudo do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC) sobre o perfil do incendiário florestal. Este estudo, realizado em 2010, que tenta avaliar em detalhe o modus operandi dos criminosos e se debruça apenas sobre os fogos florestais, inclui 64 casos de incendiários florestais, responsáveis por incêndios entre 2001 e 2005.

Apesar de a equipa de investigadores do ISPJCC ter definido três perfis diferentes de incendiários florestais, na maioria dos casos o “modus operandi” é o mesmo. “Quase todos praticam o crime da mesma forma: através de ignição direta com recur-

so a isqueiros ou velas”, refere a autora do estudo e psicóloga da Polícia Judiciária, Cristina Soeiro.

Dos três perfis - o instrumental retaliatório, o instrumental de benefício e o expressivo -, o primeiro é o que abrange maior número de casos. Seguem-se o expressivo e o instrumental do meio. O perfil do incendiário instrumental retaliatório apresenta idades mais avançadas e as mulheres da amostra encontram-se inseridas neste grupo. “São pessoas que incendiam por questões de hostilidade, raiva ou vingança. As vítimas são normalmente familiares ou pessoas conhecidas e geralmente não têm condenações anteriores”.

“Apresentam limitações em termos de capacidade inter-pessoal. Os alvos dos incêndios são pessoas e não uma propriedade”, acrescenta. Apresentam hábitos de consumo excessivo de álcool e muitas vezes bebem antes de cometerem os crimes. O fogo é frequentemente ateado durante o dia, entre as 16h00 e as 20h00.

Os expressivos dividem-se em dois grupos e têm em comum o facto de sofrerem de perturbações psíquicas. Há os expressivos com história clínica, que sofrem perturbações como esquizofrenia, atraso mental ou demência resultante do álcool e em termos etários estão frequentemente na classe dos 46 aos 55 anos; que têm prazer em destruir. Estes últimos, onde se inserem os pirómanos (indivíduos com prazer sexual em lidar com o fogo), são muito raros e costumam ser solteiros e ter menos de 20 anos.

O grupo dos instrumentais de benefício é o menos significativo, apesar de ser o mais popular, e integra indivíduos que têm motivações económicas ou financeiras para incendiar. “São, por exemplo, pastores que lançam fogo sobre uma zona para aí poderem pastar ou pessoas que recebem dinheiro para atear um incêndio”, relata Cristina Soeiro. Têm idades entre os 20 e os 35 anos, frequência do 2º ciclo e um trabalho mais especializado. “Atuam normalmente entre as 20h00 e as 24h00”, remata a psicóloga.

## 2003, ano zero

O ano de 2004 marcou um ponto de viragem na atitude da PJ face aos incêndios florestais, que se deu com a aprovação do Plano Nacional para a Prevenção e Investigação do Crime de Incêndio Florestal (PNPICIF), documento revisto no ano seguinte, e que ainda hoje é a “trave-mestra” da atuação da PJ nesta matéria, estando ali sintetizados o conjunto de procedimentos que cada Diretoria e Departamento da PJ devem adotar anualmente.

Esta situação provocou um clima de pânico e insegurança generalizada que nem sempre teve a resposta adequada por parte dos diversos meios atuantes no terreno. Por estas razões veio a Polícia Judiciária a assumir um protagonismo para além do esperado, comparativamente com anos anteriores”, receando-se, também na altura, que a mesma situação se viesse a repetir no ano de 2004, se não fossem tomadas



## Menos incendiários detidos em 2014

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2014, apresentado publicamente a 31 de março, revela que foram registados 3.793 crimes de incêndio, tendo sido elaborados 2.704 autos de contra ordenação e realizadas 41.480 ações de patrulhamento e vigilância da floresta.

O RASI revela também que foram registadas 9.758 ocorrências de incêndios florestais, nos quais estão incluídos os incêndios florestais, incêndios agrícolas e queimadas. Destes fenómenos resultou uma área ardida de 22.809 hectares, sendo que desses, foram investigadas 8.335 (85% das ocorrências).

Na análise dos dados do Sistema de Gestão de Informação sobre Fogos Florestais (SGIF), a área ardida em 2014 foi inferior à de 2013 (159.758 há) em cerca de 85,7%.

Em 2014 foram registadas 4.843 participações por incêndio e fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara (menos 4.452 ocorrências que em 2013), o que corresponde a uma diminuição de 47,9%.

As forças de segurança detiveram 89 pessoas (menos 41 que em 2013), sendo que 11 ficaram a aguardar o processo em prisão preventiva (contra 37 em 2013). Foram, ainda, constituídos arguidos 85 indivíduos.

A atividade operacional da GNR, em meios humanos e materiais, contou com um helicóptero, através de 1.427 saídas, resultando em 752 incêndios extintos, 264 incêndios sem intervenção e 109 falsos alarmes.

Esta força de segurança realizou ainda 37.442 ações, tendo sido elaborados 2.973 autos de crime de incêndio e 2.504 de contra ordenação. A GNR deteve 39 pessoas (contra 47 em 2013 – diminuição de 13%).

A PSP empenhou 8.447 meios humanos e 3.177 meios materiais na realização de 668 ações no âmbito da sensibilização das populações, a que assistiram 7.513 pessoas. Realizou ainda mais de quatro mil ações de vigilância/fiscalização, elaborou 200 autos de contra ordenação tendo identificado 38 suspeitos.



### Valor da floresta portuguesa

**A** floresta portuguesa vale cerca de 5,3 mil milhões de euros. O sector representa 3,2% do Produto Interno Bruto. A floresta ocupa 38% (3,3 milhões de hectares) do território nacional, assegura 12% das exportações nacionais, garantindo 250 mil empregos. O relatório de execução financeira do Programa de Desenvolvimento Regional (Proder), demonstra que apenas 1,5 milhões de euros, dos quase 442 milhões que estão programados para ações direcionadas para a floresta, chegaram aos bolsos dos beneficiários portugueses.

medidas, revela um documento da PJ sobre fogos florestais.

O PNPICIF sublinha a importância que deve ser dada, anualmente, às atividades de prevenção criminal da PJ, através de “ações que anulem a sensação de insegurança e, simultaneamente, possam reduzir as oportunidades que propiciam o crime”; no plano externo, preconiza-se “o estabelecimento e a sustentação de uma rede de contactos com os demais operadores nesta área, que permitam evitar a prática do crime através de procedimentos normalizados e coordenados”.

Os procedimentos de atuação estão padronizados e os mais de 80 investigadores da PJ já sabem como devem atuar perante um quadro de incêndio florestal. A investigação criminal nos incêndios florestais começa pelo conhecimento do ilícito, por qualquer meio por se tratar de um “potencial” crime público.

A investigação é realizada pelas Brigadas de Investigação de Incêndios da PJ ou

pelas Equipas Proteção Florestal da GNR e Equipas de Proteção da Natureza e Ambiente (EPNA). Posteriormente, é determinada a natureza do ilícito criminal e, conforme o determinado na lei, caberá a investigação à PJ se for uma ação dolosa ou à GNR nos casos de ação negligente.

A metodologia da investigação criminal num incêndio florestal passa pela determinação do ponto de início da combustão nesse local e proceder à identificação do meio de ignição utilizado e a determinação final da causa. Numa outra etapa da investigação, vai realiza-se o exame pericial da prova material, recolha de toda a prova disponível e cruzamento dos factos apurados com os antecedentes na zona, identificação comportamental dos indivíduos de risco, identificação de potenciais autores e reconstituição dos factos pelo suspeito.

#### Crime de incêndio dá pena de prisão

Na revisão de 2007 do Código Penal

foi criada a figura do crime de “Incêndio florestal” (artigo 274º), o qual prevê a aplicação de uma pena de prisão que pode ir dos 3 até aos 12 anos. Para a determinação da pena máxima, o Tribunal irá avaliar se ficou provado que o autor do incêndio criou “perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado”; ou se “deixou a vítima em situação económica difícil”, ou ainda se atuou com a “intenção de obter benefício económico”.

O crime de incêndio é punido com uma pena que pode ir de três a 15 anos de prisão, quando do ato criminoso resultar a morte de alguém. Mas mesmo que as consequências ou os fins do crime não tenham



sido aquelas, se o tribunal considerar que alguém provocou “um incêndio em floresta, mata, arvoredo ou seara, próprias ou alheias” poderá ser “punido com pena de prisão de um a oito anos”. Esta moldura penal poderá ser agravada ou minorada consoante o grau de dolo ou negligência do causador do incêndio, que é aferido com

base em vários pressupostos.

Por exemplo, uma queimada não autorizada, ou uma fogueira acendida para assar uma espetada, acabarem por originar um incêndio que destruiu floresta ou colocou bens de relevo ou vidas em perigo, configuram a prática de um crime punível com pena de prisão.

### O que não fazer em época de fogos

- Não faça fogueiras, queimas ou queimadas ou qualquer tipo de lume;
- Não fume na floresta ou em locais densamente arborizados;
- Não lance pontas de cigarro para fora da viatura quando circular de automóvel;
- Limpe o mato e arvoredo, numa distância mínima de 50 metros em torno de habitações;
- Guarde em local seguro, lenha, combustíveis e outros produtos inflamáveis que possua;
- Não use máquinas sem proteção de faíscas de combustão;
- Não deixe matos nem resíduos florestais cortados no interior das áreas florestais;
- Não deite lixo no chão, guarde-o em sacos de plástico e transporte-o até ao contentor mais próximo;
- Se for passear à Floresta leve a sua refeição preparada, para evitar acender fogueiras;
- Se notar a presença de pessoas com comportamentos estranhos, observe e informe sobre as características que possam conduzir à sua identificação.

# Os “Jiadistas Portugueses”

(Por Cátia Godinho)



Uma reportagem feita no semanário Expresso, despertou-lhes a atenção para a problemática dos Jiadistas portugueses e lusodescendentes. Do trabalho à publicação de “Jiadistas Portugueses” foi o passo que se seguiu para Hugo Franco e Raquel Moleiro, autores deste livro, apresentado no dia 25 de março, na Ler Devagar, na presença de muitos colegas de profissão.



**D**e onde partiu a ideia de escrever um livro sobre os Jiadistas? Quanto tempo demoraram a prepará-lo?

Nasceu algures em setembro, quando acabámos de publicar uma reportagem no Expresso sobre a jovem Angela Barreto, uma lusodescendente que cresceu na Holanda, filha de pais portugueses separados. Nesse verão, ela decidiu abandonar a sua vida no Ocidente, para viajar até à Síria clandestinamente, onde se casou com um jiadista português, o Fábio Poças. O artigo teve grande repercussão, nacional e internacional, e percebemos que era um assunto que mexia com as pessoas e também conosco. Nessa altura fomos abordados pelo nosso (futuro) editor, o José Prata, da Lua de Papel/Leya, que nos lançou o convite para escrever sobre este tema de grande atualidade, o dos jiadistas portugueses que lutam no Estado Islâmico. Não foi fácil escrevê-lo, principalmente porque quase todas as semanas havia novidades sobre o assunto, que publicávamos no jornal. Mas acabámos por conseguir aliar a escrita no Expresso com a do livro, que escrevemos sobretudo nos dois primeiros meses de 2015.

**Quais foram os obstáculos que encontraram durante a investigação?**

Muitos. Principalmente porque não foi fácil obter fontes credíveis que nos falassem sobre o assunto. É um tema que está no mais profundo segredo de justiça e é classificado pelos serviços de informações. Depois, porque foram poucos os jiadistas portugueses que se disponibilizaram a falar conosco. E quando falaram, esconderam-se sob a retórica extremista que caracteri-

za estes guerrilheiros do Estado Islâmico. Ainda assim, com todas estas dificuldades, fomos obtendo muita informação preciosa, credível, que sustenta o livro e as reportagens do Expresso.

**Começam o livro dizendo que “Podíamos ser nós”. Que razões é que levaram estes jovens a ingressar neste movimento?**

“Podíamos ser nós”, porque tal como os autores do livro e como milhões de jovens portugueses, eles cresceram nos subúrbios de Lisboa. São oriundos de famílias de classe média, estudaram e trabalharam. Nesse aspeto, pouco os diferencia dos demais. Foi sempre difícil perceber as razões que os levaram a alistar-se num grupo considerado terrorista. A rebeldia e insatisfação permanente típica da idade, as influências da comunidade mais radical em Londres e Paris, alguns aspetos da vida privada, estão entre as razões que levaram estes jovens a ingressar no movimento. Mas há mais. E ainda hoje andamos a tentar perceber mais sobre elas.

**O que mais vos impressionou na realização deste trabalho de investigação?**

Talvez a entrevista que fizemos em setembro a um dos lusodescendentes, o Mikael Batista. O jovem de 23 anos respondeu-nos via chat do Facebook, o principal meio de contacto entre os jornalistas e estes jiadistas. E as respostas deixaram-nos em choque. Ele afirmou sem pruridos que o que mais gostava de fazer na Síria era de “treinar e matar”. E confessou-nos que já tinha morto uma pessoa neste guerra bárbara. Aquela frieza das respostas impressionou-nos bastante. Percebemos um pouco mais o que se passava na cabeça destes jovens depois de

terminada aquela conversa.

**Em algum momento sentiram a vossa segurança em risco?**

Não. Mas já recebemos uma bocas agressivas de amigos deles. Nada de alarmante mas que deixa sempre alguma apreensão. Em todo o caso, se tivéssemos escrito este livro em Londres ou Paris, onde há centenas de radicais nas ruas, sentiríamos com certeza maior pressão. Mas a vontade de informar está acima do receio que possamos sentir.

**Como é que reagiram os vossos colegas e família ao saberem que estavam a tratar de um tema tão sensível e de alguma forma perigoso?**

Com natural preocupação e apreensão. Mas acreditamos que o bom senso deve prevalecer. E eles aceitaram os nossos argumentos.

**Qual foi o momento mais complicado da vossa investigação?**

Houve vários. Contactar as famílias dos jiadistas foi complicado. São pessoas traumatizadas com tudo o que está a acontecer. Mas tentámos que a nossa abordagem fosse o menos agressiva possível. Sempre que pediram para não falar, não voltávamos a incomodar. E hoje, algumas delas telefonam-nos e enviam-nos emails para tentar saber algo mais sobre os filhos, primos ou netos. Essa ligação deixa-nos satisfeitos com o trabalhos que realizámos no último ano. Nunca explorámos a via mais sensacionalista, que era fácil e cómoda.

**Se quisessem destacar um episódio que vos tenha marcado neste trabalho, qual seria?**

As duas viagens que fizemos a Leyton, o bairro da zona Este de Londres, onde viveu durante alguns anos o principal grupo de jiadistas portugueses. Foi importante perceber a realidade local, marcada pelo fanatismo religioso. Viajar pelo chamado ‘Londonistão’, nome dado àquela região onde habitam milhões de muçulmanos, a esmagadora maioria pacíficos e que apenas querem seguir com as suas vidas entre a escola, o trabalho e a mesquita. Em Leyton, um grupo de seis rapazes que vivia na linha de Sintra juntou-se ao lado negro do Islão. Outros poderão seguir as pisadas e isso deve preocupar-nos a todos.



**Manuel Câmara e Sousa**

Direção Geral de Energia e Geologia  
Divisão para a pesquisa e exploração  
de petróleo

## Os heróis de ontem, de hoje e do amanhã

**E**specialistas em fogo em poços de petróleo lidam com um dos mais perigosos tipos de fogo que existem, incêndios em poços de petróleo, (oil well fires). Estes profissionais ganharam muita atenção durante a guerra do Golfo, quando mais de 500 poços de petróleo foram incendiados no Kuwait.

É um trabalho perigoso, muitas vezes exigindo especialistas para trabalhar em contra relógio. Eles arriscam as suas vidas para controlar incêndios e explosões (resultado de acumulação de pressão nos poços de petróleo).

As explosões são causadas quando a pressão no interior do poço de petróleo é a maior que a pressão do solo em torno da jazida de petróleo. São geralmente controlados por bombagem de grandes volumes de lama injectada pelo furo de perfuração a fim de reequilibrar a pressão no poço de

petróleo.

A maioria dos incêndios de poços de petróleo começam com explosões. Com jatos de gás e óleo espalhados por todo o lado, basta uma pequena faísca para inflamar um poço de petróleo.

O trabalho do especialista em fogo em poços de petróleo é tentar controlar a pressão da “explosão” do crude. Se um incêndio já começou, eles lutam para conter fogo.

Quando um fogo no poço de petróleo se torna incontável, as temperaturas em torno do poço podem chegar a níveis muito altos. Faz tanto calor que os painéis dos carros estacionados a 150 metros, podem derreter.

“O calor pode fazer churrasco de uma pessoa em segundos,” diz Ali Asad. Ele é um especialista de fogos em poços de petróleo do Kuwait. Ele estava no local certo para o maior fogo de poços de petróleo da guerra do Golfo.

Os especialistas tem que entrar e tentar conter o fogo, para isso têm que estar equipados com roupas especiais e equipamentos de respiração, bem como escudos de metal contra o calor.

Eles também têm de lidar com um gás venenoso chamado sulfeto de hidrogênio, que escapa de um poço de petróleo sob pressão.

Estes especialistas têm que estar fisicamente aptos a fim de lidar com equipamentos durante longas horas de trabalho que às vezes é exigido. Pode querer dizer passar dois dias seguidos encharcados com lama e suor.

“Eu, trabalhei numa plataforma com equipamento de perfuração durante quatro ou cinco anos. É um trabalho brutal pelo qual se tem que estar fisicamente apto e preparado para trabalho duro,” diz Shane Cote. Sugere que se estiver interessado em trabalhar numa plataforma que obtenha primeiro

muita experiência num campo de petrolífero.

Existem muito poucas mulheres a fazer este tipo de trabalho. “Nunca ouvi falar ou li, que uma mulher tenha trabalhado como um bombeiro nos poços de petróleo. Isso não significa que não existam, mas eu não ficaria surpreso se não houvesse”, diz Terese Floren. Ela é diretora executiva das mulheres no serviço de bombeiros.

Ela não acha que é por causa do perigo, ou a necessidade de grande força que vai dissuadir as mulheres do ramo.

“Nós temos mulheres em combates a incêndios regulares, que correm enormes riscos. Elas combatem incêndios violentos depois de furacões, terremotos e outros grandes desastres naturais onde o fator de risco é muito alto.”

Terese Floren acha que porque o controlo do petróleo e dos poços são geridos pelas companhias privadas, eles não são regidos pela mesma oportunidade de igualdade entre géneros, como no departamento público de incêndios.

Sharon McCoy é uma gerente de uma empresa que controla os poços de petróleo e responde a situações de emergência. Ela diz que a maior parte das pessoas entram no ramo do combate a incêndios, depois de muitos anos de trabalho nas plataformas petrolíferas, que empregam poucas mulheres.

A maioria dos especialistas em fogos nos poço de petróleo trabalham nas equipas dos produtores de petróleo, como empresas privadas de resposta a emergências ou como consultores, onde são chamados conforme as necessidades.

As empresas estão concentradas cada vez mais na segurança, com o governo a apertar cada vez mais a regulamentação na área da segurança.

Pub

**JACINTO**

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucri, Lda  
Sede: Av. dos Cordeiros, 299 - Apartado 41  
3895 - 999 Évora - Portugal  
Escritório e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-384  
3895 - 130 Évora  
Tel: +351 264 750 300 Fax: +351 264 751 481  
info@jacinto-lda.com  
www.jacinto-lda.com



## “O objetivo é alcançarmos os 40 mil visitantes”



Sandra Bárto Frago, gestora FIL

Maio é o mês do “maior evento de segurança e proteção em Portugal”. O Segurex é um evento bienal que além de apresentar exposições, é o palco da realização de seminários. A Revista Alto Risco falou com Sandra Bárto Frago, Gestora de Feira da Feira Internacional de Lisboa.

**Que novidades é que podemos esperar na exposição deste ano?**

O SEGUREX 2015 vai ser muito rico e diversificado em todas as vertentes, temos um número mais elevado de empresas expositoras e um programa intenso de atividades. De referir conferências, exposições temáticas, simulacros, Cerimónia de Entrega de Prémios Segurex, entre outras iniciativas. Salientamos ainda o Espaço Inovação que conta com mais candidatos que na edição anterior, demonstrando a vitalidade do sector. As empresas e entidades participantes estão a promover com todo o empenho e apoio da organização, as actividades SEGUREX 2015, que se antevem um sucesso. Esta edição tem a empresa Bernardo da Costa como patrocinador oficial.

**Em agenda estão já as seguintes iniciativas:**

a) Exposição do Museu do Regimento de Sapadores de Bombeiros de Lisboa – (Organização: CML)

b) Campeonato Nacional do Trauma – (Organização: Ass. Nac. de Salvamento e Desencarceramento)

c) Demonstrações com cães – (Organização: MAI / Guarda Nacional Republicana)

d) Passeio a Cavalo e de Charrete – (Organização: MAI / Guarda Nacional Republicana)

e) Demonstrações no Rio Tejo – (Organização: Grupo de Intervenção de Operações Especiais da GNR)

f) Batismo de Mergulho – (Organização: M.A.I. / Guarda Nacional Republicana)

g) Escola de Trânsito – (Organização: M.A.I. – Policia de Segurança Pública)

h) Simulacro – Equipa de Prevenção e Reação Imediata – (Organização: M.A.I. – Policia de Segurança Pública)

i) Demonstração no Rio – Intervenção de SAR – (Organização: M.D.N. – Força Área Portuguesa)

j) Balão de Ar quente – (Organização: M.D.N. – Exército)

l) Orquestra – (Organização: M.D.N. – Exército – Praça FIL Dia 7 Maio – 19h às 20h e Dia 9 – 16h30 às 18h)

**A Segurex já nos habituou à realização de seminários sobre a temática da segurança. Que ações estão previstas para este ano? Quais os temas dominantes?**

Nesta edição, as temáticas são todas muito interessantes e variadas e envolvem uma diversidade de perfis:

### Auditório Multiusos

Dia 6 Maio – 10h » 12h – Conferência – Segurança, Construção e Imobiliário na Lusofonia – (Organização: Fundação AIP)

Dia 6 Maio – 15h » 18h – Convenção Nacional de Integração de Sistemas de Segurança (Organização: Fundação AIP)

Dia 7 Maio – 10h » 18h – Conferência Europeia Governação do Risco de Desastres Naturais - Desafios de Hyogo (Organização: CML)

Dia 8 Maio -9h30 » 12h30 - Seminário Diretores de Segurança ((Organização: Assoc. Diretores de Segurança)

Dia 8 Maio -14h00 » 17h30 - Segurança contra Incêndios (Organização: ANPC)

Dia 9 Maio – Seminário de Gestores de Emergência (Organização: ENB-ISEC-ISCIA)

### Auditório I localizado no Pavilhão 1

Dia 8 – 15h00 » 18h00 – CPTED – A Segurança Publica na Construção – MAI – P.S.P.

### Auditório I I localizado no Pavilhão 1



Stand de ANBP na edição da Segurex 2013

Dia 6 – 08h30 » 13h00; 14h15 » 17h00  
 Dia 7 – 08h30 » 13h30; 14h » 17h15  
 Dia 8 – 08h30 » 13h30;  
 8º Encontro Nacional dos Técnicos de Segurança  
 (Organização: Editora Pétrica / Revista Segurança)  
 Dia 8 – 15h00 » 18h00  
 Seminário: Atividade do Bombeiro no domínio da ocorrência do trauma  
 (Organização: ANBP)

**Quais as expectativas das empresas participantes?**

Este ano iremos ter um Segurex mais representativo do sector, estimamos uma presença de 150 empresas e uma variedade de atividades de elevada qualidade e originalidade, vamos ter por exemplo pela 1ª vez exercícios no Rio Tejo, que vão decorrer no Sábado.

**Que objetivos se pretendem alcançar com este certame, em termos de público?**

Este ano o objetivo é alcançarmos os 40

mil visitantes.

**Esta exposição realiza-se de dois em dois anos em Portugal. O que é que mudou no sector neste espaço de tempo?**

As feiras são um barómetro da economia, e nesta edição do Segurex nota-se que o sector está numa fase de retoma, pois temos mais empresas nacionais e internacionais, demonstrando assim um sector mais dinâmico.

A nova lei da Segurança Privada veio também regulamentar e influenciar positivamente o mercado.

Além disso, a consciencialização da necessidade de uma maior segurança devido à crise económica, fez com que o consumidor final estivesse mais atento, o que também influenciou positivamente o sector face à maior procura.

Podemos apontar ainda um maior conhecimento das ofertas de soluções integradas, por parte dos consumidores que estão mais informados e que se tor-

nam mais assertivos na aquisição destas soluções. A diminuição de valor médio das referidas soluções também acabou por influenciar a sua maior procura.

**Quais são os desafios que se impõem na realização deste tipo de exposições?**

Os desafios que se impõem na organização de Salões do género da SEGUREX, que tem várias congéneres internacionais, é ser um Salão cada vez mais representativo de todos os sectores da segurança, potenciando o negócio dos expositores e correspondendo às expectativas dos visitantes, quer seja público, quer sejam profissionais. Para a estratégia de crescimento do Evento, dão-se também passos no sentido da internacionalização, e este ano, tem início o programa de Hosted Buyers que identificará mercados de interesse para a potenciação do sector da Segurança, convidando potenciais compradores a visitarem o SEGUREX em Lisboa.



# A organização dos bombeiros na Europa

**T**odos os anos grandes incêndios atingem alguns países, como Portugal, Grécia, Estados Unidos e Austrália. Mas cada país organiza o seu sistema de bombeiros de forma diferente. Não há um modelo único, mas na maioria dos casos predomina uma organização mista de bombeiros profissionais e voluntários.

A gestão, o modelo de financiamento e a tutela também é muito diversa, com países onde são os municípios os responsáveis pelas corporações de bombeiros e outros onde é o Governo o responsável pela supervisão.

A seguir, mostramos alguns exemplos de organização dos bombeiros em diferentes países da União Europeia.

## Bélgica

Na Bélgica, os departamentos de incêndio são financiados principalmente pela comunidade ou governo local. No entanto, desde janeiro, com a Reforma do Corpo de Bombeiros e Proteção Civil, os corpos de bombeiros estão agrupadas em 32 Zonas de Socorro. Estes estão organizados como uma corporação que será, em parte, auto-suficiente, mas com financiamento do governo federal.

A Bélgica conta com cerca de 17 mil bombeiros no total, composta por cerca de cinco mil bombeiros profissionais (principalmente nas grandes cidades) e 12 mil voluntários. A Bélgica utiliza um sistema de classificação militar, passando de bombeiro todo o caminho até coronel.

## Dinamarca

Na Dinamarca, o combate aos incêndios é, por lei, uma tarefa municipal. Cada concelho municipal é responsável pela prestação de serviços de combate a incêndio e salvamento.

Cada município tem de realizar uma análise de risco e com base nesse relatório manter um serviço de combate a incêndios competente.

Os corpos de bombeiros podem estar organizados como um corpo de bombeiros público gerido e administrado pelo município, quer a tempo inteiro ou a tempo parcial; Um corpo de bombeiros voluntários contratados pelo município; Acordos com municípios vizinhos

Todos os bombeiros têm a mesma formação, não importa se são voluntários, profissionais em tempo integral ou empregados públicos ou privados. O treino dura cinco semanas e existem várias escolas de formação em todo o país.

## Finlândia

Os bombeiros finlandeses estão organizados em profissionais, semi-profissionais e corpos de bombeiros voluntários. Os bombeiros profissionais na Finlândia têm pós-graduação de uma das duas escolas de combate a incêndios na Finlândia.

## França

O Corpo de Bombeiros de Paris é uma unidade do Exército francês, que serve como o serviço de bombeiros para Paris e de certos locais de importância estratégica nacional.

Os bombeiros franceses são designados "Sapeurs-Pompiers", e refletindo a natureza rural de grande parte do país (grandes áreas com baixa densidade de população), a brigada de Bombeiros Voluntários (SPV, sapeur-pompier volontaire), é composta por mais de 190 mil bombeiros.

São 30 mil os bombeiros profissionais do Corpo de Bombeiros, empregadas pelos departamentos. Em algumas cidades há uma mistura de profissionais e voluntários.

Em Paris e Marselha, as corporações de bombeiros são constituídos por pessoal militar, mas sob o controle do Ministério do Interior de uma forma semelhante aos gendarmes. O Corpo de Bombeiros de Paris (BSPP) tem cerca de sete mil bombeiros e o de Marseille tem mais de dois mil efetivos.

## Alemanha

Os bombeiros alemães estão organizados nas cidades, sendo que cada cidade tem pelo menos uma brigada. Na Alemanha, existem cerca de 25.000 locais brigadas - brigadas de incêndio, 800 bombeiros privados com acreditação pública, que protegem sua maioria grandes complexos industriais ou aeroportos, corpos de bombeiros privado sem acreditação pública e 100 corporações de bombeiros públicas, obrigatória por lei para as grandes cidades. No entanto, as brigadas públicas são muitas vezes utilizadas para apoiar as brigadas de voluntários. Algumas brigadas de voluntários também têm um pequeno núcleo de bombeiros em tempo integral pagos por fundos comunitários locais.

## Holanda

Nos Países Baixos, os municípios são obrigados a ter uma corporação de bombeiros e participar no serviço de bombeiros



regional. A corporação local é responsável por responder a todos os incidentes; o serviço de bombeiros regional prevê um centro de controlo. As regiões são auto-suficientes e pode lidar com a maioria dos incidentes, mas em circunstâncias extremas as outras regiões podem prestar assistência.

Ao contrário de alguns outros países o serviço de ambulância é completamente separado do serviço de bombeiros, embora o centro de controlo normalmente é compartilhado.

Cerca de 75% de todos os bombeiros são voluntários, o resto são bombeiros de carreira. Embora a maioria dos bombeiros na Holanda são voluntários, todos eles são pagos.

## Inglaterra

Os serviços de incêndio e salvamento na Inglaterra são organizados numa base metropolitana ou município, principalmente devido à reorganização dos municípios em 1974.

## Hungria

Existem cerca de sete mil bombeiros na Hungria. A maioria são bombeiros profissionais municipais. Também existem corpos de bombeiros voluntários, geridos pelo governo local e associações de bombeiros.

Pub

**ACCESSNET®-T IP**  
Comunicações profissionais TETRA

ACCESSNET®-T IP é uma solução eficaz e simples para todas as aplicações profissionais de rádio móvel.

- Utiliza infra-estruturas IP existentes
- Arquitectura de rede desenvolvida para ser flexível
- Sistema preparado para actualizações em função das necessidades
- Seguro, confiável e resistente a falhas

Representante: Röhde & Schwarz Portugal  
www.rohde-schwarz.pt

**Hytera**  
Hytera Mobilfunk GmbH im Röhde & Schwarz Pflanz - Public Mobile Radio

## Planeamento Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios: Os Eixos Estratégicos.

Dr. João Rodrigues dos Santos Professor da Universidade Europeia | Laureate International Universities  
Dr. Ricardo Ribeiro, Presidente da ASPROCIVIL

Estima-se que os custos associados aos processos de prevenção e de combate aos incêndios florestais tenham sido, nos últimos anos, de uma centena de milhões de euros/ano, aproximadamente. Este quadro significa que o retorno do investimento tem sido, invariavelmente, negativo.

A este propósito, dever-se-á considerar, também, as dimensões relacionadas com o valor das vidas humanas, dos edifícios e das infraestruturas. De acordo com o Instituto Superior de Agronomia (ISA) (2006), os custos sociais anuais médios, decorrentes de incêndios florestais, são superiores a 300 milhões de euros.

Para além dos argumentos referidos nos parágrafos anteriores, o Planeamento Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios justifica-se, ainda, por mais duas razões: pela importância da manutenção da confiança da Sociedade na capacidade que o Estado deve evidenciar para garantir a proteção das populações e dos recursos nacionais; e pelo impacto dos incêndios florestais no setor da fileira florestal – setor extremamente importante no quadro socioeconómico nacional.

Considerando estes pressupostos, é publicado, em 2006, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006). O PNDPCI constitui-se como um contributo geral e transversal válido para a resolução das ineficiências estruturais associadas ao fenómeno dos incêndios florestais em Portugal. Este instrumento integra os seguintes cinco eixos estratégicos de atuação:

1º Eixo Estratégico - Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais;

Visa “a construção de um território menos vulnerável e com maior capacidade de regeneração face aos incêndios florestais” (ISA,

2005).

Ações (PNDFCI, 2006):

- Criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios;

- Implementação de mosaicos de parcelas gestão de combustível;

- Promoção ações de silvicultura;

- Promoção ações de gestão de pastagens;

- Criação e manutenção de redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água);

- Divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

2º Eixo Estratégico - Reduzir a Incidência dos Incêndios:

“O elevado número de ocorrências verificadas nos últimos anos [...] leva a concluir a necessidade de uma intervenção cuidada das atividades que têm por objetivos reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio” (ISA, 2005).

Ações (PNDFCI, 2006):

- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e causalidade regional;

- Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana os períodos do dia de maior risco.

3º Eixo Estratégico - Melhorar a Eficácia e Eficiência do Ataque e Gestão de Incêndios:

“A dicotomia entre a prioridade dada à defesa de vidas e edifícios e a prioridade à defesa da floresta obriga a uma redefinição operacional e requer uma nova abordagem na

ótica do planeamento e estratégia do combate” (ISA, 2005).

Ações (PNDFCI, 2006):

- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respetivo plano de reequipamento;

- Identificar todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos;

- Elaborar cartas de visibilidade para os postos de vigia;

- Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

4º Eixo Estratégico - Recuperar e Reabilitar os Ecossistemas e Comunidades:

“A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento do futuro da sua resiliência e deve desenvolver-se em dois tempos. Um primeiro, relacionado com a proteção dos recursos e infraestruturas e outro de médio prazo dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios de Defesa da Floresta contra Incêndios” (ISA, 2005).

Ações (PNDFCI, 2006):

- Elaborar um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, tendo em conta as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do INAG, as das IES (nomeadamente as do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu), para desta forma, se evitar a degradação de recursos e infraestruturas.

5º Eixo Estratégico - Adaptar uma Estrutura Orgânica e Funcional Eficaz:

“A concretização dos eixos estratégicos acima descritos apenas será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições envolvidas na defesa da floresta. Essa integração requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações” (ISA, 2005).

Ações (PNDFCI, 2006):

- Consolidar a organização e ligação institucional assente em três níveis, o Municipal, Distrital e Nacional, assegurando a integração das organizações que mais diretamente estão envolvidas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI).

- Integrar o planeamento anual de cada entidade.

- Monitorizar as ações de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

## Mochilas de Hidratação em Tavira

(Por Cátia Godinho)

**O**s Bombeiros Municipais de Tavira têm, desde o início do ano, um novo equipamento para utilizar no Teatro das Operações. A mochila de hidratação pretende, de acordo com o comandante do corpo de bombeiros, garantir “a sustentabilidade da segurança no TO”. Em declarações à Alto Risco, Miguel Silva esclareceu que este equipamento garante o “bem-estar dos bombeiros” no teatro das operações, uma vez que comporta vários materiais no mesmo espaço.

Esta mochila é adaptável e ajustável ao dorso e altura de cada operacional. Tem a valência de acomodação do abrigo de incêndio- fireshelter-, um reservatório com capacidade para três litros de água (que se mantém própria para consumo durante várias horas), bolsos laterais para acomodações de objetos ou mapas e suportes para material de telecomunicações.

Este equipamento inovador foi adquirido pelo corpo de bombeiros no início do ano e, segundo o comandante Miguel Silva, “o material é ignífogo” e cumpre a nova legislação que rege os equipamentos de proteção individual.

Para já, nesta fase experimental, existem apenas dez equipamentos na

corporação, cinco dos quais em veículos de combate. Foram também adquiridas várias boquilhas para que, de forma individual e garantindo a higiene, sejam utilizados por mais do que um operacional.

O novo equipamento ainda não foi testado pelos municipais de Tavira em campo, apenas em simulações. No entanto, de acordo com o comandante, tem tido uma “boa aceitação”, pelo que a aquisição de mais equipamentos dependerá do feedback dos próprios bombeiros.

Cada equipamento pode custar entre 70 e 80 euros, e é de origem nacional

### Projeto com origem em Óbidos

A ideia de criação da mochila de hidratação partiu dos Bombeiros Voluntários de Óbidos. Conscientes da importância deste equipamento e insatisfeitos em relação aos preços praticados no mercado, os bombeiros desta corporação resolveram criar a sua própria mochila. “Criámos o desenho, tendo por base modelos do estrangeiro”, explicou à Alto Risco o comandante da corporação, Carlos Silva. Desde a criação do primeiro modelo foram já feitas algumas atualizações ao equipamento, que já foi experimentado no Teatro das Operações pelos Bombeiros de Óbidos nos incêndios de 2014.

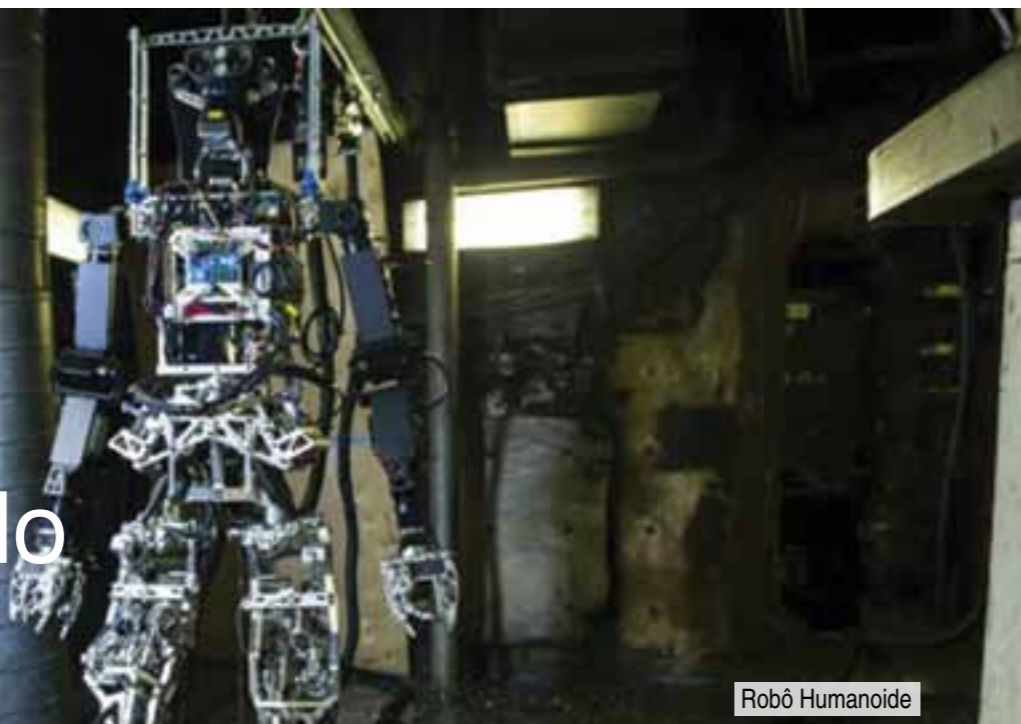
Até agora já comercializaram perto de 300 equipamentos para outras corpora-



ções, com “balanço positivo”.

Esta corporação tem já outros projetos em curso, sendo um deles a “pasta de comando”, que tem como objetivo “apoiar o comando numa fase inicial no teatro das operações”, esclarece Carlos Silva. O modelo criado tem por base aquele que existe nos Estados Unidos, mas adaptado à realidade portuguesa. Os primeiros interessados já surgiram e as encomendas estão feitas.

# Inovações pelo mundo



Robô Humanoide

**O**s riscos inerentes à atividade de bombeiro e de demais agentes de proteção de bombeiro fazem com que a percepção do conceito de “segurança” assuma uma grande relevância no desempenho destas profissões. Conscientes desta realidade, cientistas e curiosos de vários cantos do mundo desenvolvem equipamentos que se adaptam à atividade de bombeiro, inventando soluções que se tornam em verdadeiros casos de sucesso. Todas elas têm como objetivo último proteger a vida de quem a arrisca para salvar o próximo.

Nesta compilação dos vários exemplos existentes, Portugal tem também o seu espaço, com alguns projetos desenvolvidos, sobretudo, no âmbito académico.

## Fato protetor anti-corte

Resultante da parceria feita entre uma empresa e a Universidade do Minho, o fato protetor anti-corte foi pensado para proteger profissionais que utilizem instrumentos de corte. Entre eles, os bombeiros que frequentemente utilizam estes equipamentos para proceder a desencarceramentos durante as suas operações de socorro. Trata-se de um fato inovador, com um sistema fibroso multicamada para a proteção contra o corte. É leve, adaptável e permite liberdade de movimentos.

## T-shirt que recolhe sinais vitais

Um grupo de investigadores portu-

gueses, no âmbito de uma colaboração entre Portugal e uma universidade norte-americana desenvolveu um projeto que relaciona os registos do ritmo cardíaco com os níveis de stress a que os bombeiros estão sujeitos na sua atividade diária. Através de uma t-shirt, quer permitiu recolher vários sinais de electrocardiograma, a frequência cardíaca foi avaliada continuamente durante várias ocorrências para que os bombeiros foram solicitados de forma a avaliar as suas variações.

## Robô Humanoide

Investigadores norte-americanos apresentaram um robô humanoide para apagar incêndios a bordo dos navios da marinha dos Estados Unidos da América. O objetivo é criar brigadas de incêndio mistas, compostas por humanos e robôs aptos a intervir na primeira intervenção contra um incêndio que deflagre a bordo. Mede um metro e meio, pesa 65 quilos e anda sobre duas pernas. Tem sensores como infravermelhos e detetores laser, que lhe permitem encontrar o foco do incêndio, e dispõe de duas mãos que lhe permitem

abrir portas.

Este robô, designado de SAFFIR-Shipboard Autonomous Firefighting Robot- vai fazer com que os marinheiros não se exponham à inalação de fumos e chamas em incêndios dentro dos navios. O próximo passo dos investigadores será tornar o SAFFIR impermeável e à prova de fogo.

## “Extintor Sónico”

Dois estudantes da Universidade de George Mason, Estados Unidos da América, inventaram um “extintor de ondas sonoras”. Os estudantes começaram com o seu projeto partindo do princípio de que as ondas sonoras são também ondas mecânicas, ou seja, causam movimento. De acordo com o jornal norte-americano Washington Post os jovens gastaram do próprio bolso para durante um ano fazerem experiências de tentativa e erro. No âmbito destas, apontaram vários tipos de som a pequenos fogos e aperceberam-se de que as baixas frequências e os sons muito graves faziam com que aqueles se apagassem.

Fonte: DN e BPS



Extintor Sónico



## Bombeiros Municipais de Olhão guardam relíquia única no mundo

(Por Cátia Godinho)

**N**o quartel dos Bombeiros Municipais de Olhão “mora” uma relíquia única no mundo. Trata-se de um “sidecar” ao serviço da corporação desde 1939, altura da qual data o seu registo em Portugal. Foi fabricado em Paris, adquirido pela Câmara Municipal de Olhão e destacado para o corpo de bombeiros local, onde “reside” desde sempre.

Esteve ao serviço nas décadas de 40, 50, 60 e 70 e atravessou a Segunda Guerra Mundial. O veículo, de acordo com o comandante dos Municipais de Olhão, Luís Gomes, “desempenhava todas as funções”, porque era o único veículo motorizado existente. Parte da

sua atividade foi dedicada a intervenções nas fábricas de conservas, uma vez que a cidade estava economicamente voltada para a indústria conserveira. No entanto, “também tinha grande facilidade de intervenção no espaço rural”, defende o comandante Luís Gomes, conhecedor da “história de vida” desta verdadeira peça de museu.

Desta viatura fazem parte vários equipamentos, como uma bomba que aspirava água dos poços e que depois era utilizada no combate aos incêndios; um depósito de água que servia de reservatório e que funcionava também como “sistema” de refrigeração do motor; uma escada de gancho muito semelhante à utilizada em modelos mais recentes.

A sua beleza e raridade valeram-lhe

a participação em várias exposições nacionais e o interesse de estrangeiros na sua aquisição. Um dos pretendentes, de origem europeia chegou a garantir que oferecia veículos de combate e ambulâncias em troca da raridade. A proposta foi recusada, e o “sidecar”, único no mundo, continua a ter como fiéis cuidadores os bombeiros municipais de Olhão.

Apesar de reconhecerem a dificuldade de armazenamento da viatura, tendo em conta a necessidade de preservação, é com agrado que mantêm a viatura na sua posse, longe da cobiça de quem há muito também lhe reconheceu o valor.

Para já, está afastado de mais exposições. Fica, no entanto, aqui exposta a fotografia de um dos mais antigos veículos de socorro do mundo.



# Autarquias vão ter estratégia para combater alterações climáticas

Os representantes de 26 autarquias assinaram um Protocolo de Parceria com o consórcio ClimAdaPT.Local, que visa a elaboração de estratégias municipais adaptadas às alterações climáticas (AC).

**F**inanciado por fundos europeus tem como objetivo ajudar os Estados-membros a identificar as vulnerabilidades à mudança do clima, a definir e a aplicar medidas de adaptação.

Os protocolos assinados envolvem os municípios de Amarante, Barreiro, Braga, Bragança, Castelo de Vide, Castelo Branco, Coruche, Évora, Ferreira

do Alentejo, Figueira da Foz, Funchal, Guimarães, Ílhavo, Leiria, Lisboa, Loulé, Montalegre, Odemira, Porto, Seia, São João da Pesqueira, Tomar, Tondela, Torres Vedras, Viana do Castelo e Vila Franca do Campo.

Estas autarquias juntam-se a Sintra, Cascais e Almada, que já estão a trabalhar na definição de uma estratégia municipal para adaptação às alterações climáticas e integração medidas nos

vários planos autárquicos.

## A importância das alterações climáticas

O seminário teve a participação de todos os setores de atividade em Portugal com o objetivo de discutir a adaptação local às alterações climáticas. As principais conclusões centraram-se na importância da resposta à escala europeia, nacional mas especialmente ao nível local, onde as vulnerabilidades são

específicas e a capacidade de resposta mais adequada.

Durante este seminário os participantes sublinharam a importância deste tema em Portugal como, por exemplo, os financiadores Ana Barreto, do EEA Grants e Nuno Lacasta, Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, também promotora do Programa AdaPT. Nuno Lacasta afirmou que o ClimAdaPT.Local simboliza uma cooperação muito importante liderada pelo contexto universitário mas apontado aos cidadãos e municípios.

Gil Penha-Lopes, em representação do consórcio ClimAdaPT.Local, sublinhou que este projeto tem como objetivos principais a elaboração de 26 Estratégias Municipais de Adaptação às alterações climáticas, a formação de 52 técnicos municipais nestas temáticas, a criação de uma plataforma de Adaptação Municipal em Portugal e a criação de uma Rede de Municípios Portugueses em Adaptação.

Este responsável espera desta forma que o momento de adaptação local permaneça e acelere após terminar do projeto (em Abril de 2016). Referiu também que este projeto criará várias metodologias e produtos que ficarão publicamente disponíveis a todos os interessados.

## As experiências europeias

Patrick Pringle, do Programa de Adaptação às alterações climáticas do Reino Unido (UKCIP - UK Climate Impacts Programme), salientou que, apesar da metodologia desenvolvida pelo UKCIP já ter sido utilizada um pouco por todo o mundo em contextos e realidades diferentes, há um ponto em comum: é fundamental o envolvimento e um compromisso dos decisores e autarcas locais, passo fundamental e que pode levar tempo.

Øyvind Aarvig, do Programa Norueguês das Cidades do Futuro, referiu que este Programa iniciado em 2007 já tem resultados para mostrar, quer na mitigação, como na adaptação às alterações climáticas. Atualmente, 12 no total de 13 cidades da Noruega têm definido no seu plano de gestão a adaptação às AC como um objetivo.

Todas as treze cidades obrigam a que as AC têm de ser tidas em conta quando



são feitos estudos de pormenor e projetos de construção. Para além disso, todas as cidades desenvolveram a sua análise de “riscos e vulnerabilidades” onde as alterações climáticas aparecem como preocupação principal.

## As experiências portuguesas

Em Portugal apenas três autarquias - Sintra, Cascais e Almada - têm até agora Estratégias de Adaptação às Alterações Climáticas desenvolvidas.

Ana Queiroz do Vale, da Câmara Municipal de Sintra, referiu que as principais preocupações de Sintra estão, por um lado, orientadas para a sua orla costeira, de elevado valor paisagístico, mas também como relevante ativo para a economia local e regional.

Segundo a responsável autárquica “procura-se assegurar a estabilidade das arribas, como é o caso do núcleo das Azenhas do Mar, a compatibilização de utilizações com o meio natural ao longo de toda a costa, em especial nas ativi-

des de turismo da natureza, e a sustentabilidade das praias, das suas estruturas e do seu areal”.

Uma prioridade para a Câmara de Sintra é a “adaptação do meio urbano densamente povoado aos fenómenos extremos relacionados com os recursos hídricos, em especial os riscos de inundação, estando em desenvolvimento o estudo das ribeiras que atravessam as áreas urbanas centrais, com vista à sua requalificação”, referiu Ana Queiroz do Vale.

João Dinis, da Câmara Municipal de Cascais, salientou, por seu lado, que a chave do sucesso para uma estratégia local de adaptação é a capacidade de construir uma equipa multidisciplinar ágil e dinâmica que engloba unidades orgânicas da autarquia e os parceiros institucionais com capacidade de planejar e intervir em sectores onde se esperam os maiores impactes das alterações climáticas.



Esta abordagem permite construir uma estratégia de adaptação com ações “dedicadas” e “integradas”. As primeiras consistem no desenvolvimento de iniciativas exclusivamente dedicadas à adaptação do município. As “integradas” consistem em ações com objetivos diversos mas que também contribuem para a adaptação.

Catarina Freitas, da Câmara Municipal de Almada, adiantou que não foi o facto de existirem incertezas quanto às consequências às alterações climáticas que impediu Almada de agir. “Almada já começou o seu caminho para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas que já se existem. Por exemplo, a área de proteção está desatualizada e já tomaram medidas para a resolução dessa situação nomeadamente pela construção de dunas e adaptação dos edifícios junto à costa”.

#### Financiamento para autarquias

«O Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos tem verbas que podem ser utilizadas pelas câmaras municipais nas medidas de adaptação», afirmou o Secretário de Estado do Ambiente, Paulo Lemos. O governante referiu que «há cada vez maior sensibilidade para este assunto, e é natural que outras autarquias comecem a preocupar-se e pretendam avançar com formas de aumentar a resiliência a fenómenos como inundações, cheias, secas, ou erosão costeira».

«Para estes fins, as autarquias poderão ter incentivos de várias origens, como os programas da União Europeia, estando disponíveis cerca de quatro mil milhões de euros de verbas comunitárias para financiar investimentos na área da sustentabilidade até 2020», afirmou também Paulo Lemos.

Referindo que, «entre as questões mais complicadas na tarefa das câmaras municipais de adaptação às mudanças do clima está o planeamento urbanístico», o Secretário de Estado lembrou: «Durante muitos anos, não foram tidas em conta limitações relacionadas com constrangimentos ambientais. Exemplo disto é a construção em leito de cheia».

Recordando que «67% do litoral português está em risco de erosão e,

em 2014 e este ano, o investimento para aumentar a resiliência na zona costeira ascende a 300 milhões de euros», Paulo Lemos concluiu: «Tendo sido elabora-

do um relatório acerca da ação que é necessária para a gestão do litoral, o documento está atualmente em discussão com as autarquias».



## Programa de rescisões por mútuo acordo na Função Pública

O programa de rescisões por mútuo acordo nas autarquias já arrancou e termina a 30 de Junho de 2015. O secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro, sublinha ao Diário Económico que “a implementação do programa depende de cada autarquia” e por isso recusa fazer estimativas de quantos trabalhadores poderão vir a rescindir. “Muitas autarquias estarão interessadas e muitas não”, salienta o governante, afastando a ideia de que haverá metas para a redução de trabalhadores. Leitão Amaro recusa que o objectivo do programa seja reduzir o número de trabalhadores das autarquias, frisando antes que se trata de “um instrumento de gestão de recursos humanos importante num momento de forte reorganização do Estado”.

Conheça as regras do programa.

#### Quais as entidades abrangidas?

O programa de rescisões por mútuo acordo dirigido às autarquias foi publicado em Diário da República, pela portaria 209/2014, que “regulamenta o programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos órgãos e serviços da administração local”, aplica aos trabalhadores das autarquias as mesmas condições que já constaram nos dois programas lançados pelo Governo para rescisões na administração central e é válido a partir

de amanhã e até 30 de Junho de 2015. Aplica-se a todas as entidades do sector da administração local: municípios (incluindo serviços municipalizados e intermunicipais), freguesias, entidades intermunicipais, assembleias distritais e associações municipais e de freguesias.

#### Quem pode aderir ao programa?

Podem aderir ao programa todos os trabalhadores das autarquias com idade igual ou inferior a 59 anos, que tenham contrato por tempo indeterminado e que se encontrem a pelo menos cinco anos de atingir o limite de idade legal para a reforma. De fora fica quem já pediu a aposentação antecipada e quem está de licença sem remuneração há 12 meses ou mais.

#### O que conta para apurar valor da compensação?

A compensação a atribuir corresponde à remuneração base mensal mais suplementos permanentes, determinados após as reduções salariais em vigor.

#### Compensação consoante a idade, anos de serviço e habilitações

Para os assistentes técnicos e operacionais ou para quem tem funções para as quais apenas é exigida a escolaridade obrigatória, a compensação a atribuir é a seguinte: até 50 anos de idade 1,5 meses de remuneração mais suplementos por cada ano de serviço; entre os 50 e os 54

anos de idade 1,25 meses de remuneração mais suplementos por cada ano; e para quem tem entre 55 e 59 anos, a compensação é de um mês de remuneração.

#### Licenciados têm indemnização menor

Para quem tem uma licenciatura, a compensação é menos generosa: até 50 anos tem direito a 1,25 meses de remuneração e suplementos por cada ano de serviço; e para quem tem entre 50 e 59 anos tem direito a um mês de remuneração e suplementos por cada ano de trabalho.

#### Quem paga a compensação?

O pagamento da compensação é da responsabilidade da entidade empregadora pública. António Leitão Amaro explica que, apesar de algumas autarquias o desejarem, o Fundo de Apoio Municipal (FAM) não poderá ser usado para pagar as indemnizações. “Não podem ser os contribuintes a pagar a poupança que a autarquia terá” mais tarde com as rescisões dos seus trabalhadores, adianta o secretário de Estado.

#### Como fazer o pedido para rescindir

A Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), bem como as entidades abrangidas - municípios, freguesias, entidades intermunicipais - disponibilizam na sua página electrónica da internet o requerimento bem como as orientações técnicas para preenchimento.



**Ricardo Oliveira**  
Investigador ADAI/CEIF

**Perfil**

Licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Integra a equipa da ADAI/CEIF desde 2009 como investigador auxiliar, desenvolvendo trabalhos nas áreas do comportamento do fogo, equipamentos de proteção (individuais e coletivos) e aspetos socio económicos relacionados com incêndios florestais.

# Botas com Elevada Resistência Térmica para Combate aos Incêndios Florestais

O risco para a saúde e bem-estar físico está inerente a todas as atividades desempenhadas em qualquer profissão, sendo este potenciado com atividades que tradicionalmente apresentam maiores índices de acidentes com ferimentos graves e tendendo a diminuir com atividades ou prestações de serviços mais sedentárias. Entre os múltiplos riscos associados à atividade de Bombeiro destacam-se os riscos por queimaduras, sejam de origem térmica, aliada aos incêndios, fontes de calor ou explosões; ou de origem química aliadas ao contacto com produtos ou superfícies contaminadas por ácidos, entre outros.

Para a mitigação dos danos na saúde e bem-estar dos Bombeiros, foram desenvolvidos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que se destinam a ser usados na proteção pessoal contra os riscos associados ao desempenho da sua atividade (Diretiva 89/656/CEE). Para garantir ao utilizador a máxima proteção, os EPI estão em constante aperfeiçoamento técnico, suportado por rigorosos critérios científicos e diplomas legais revistos com a periodicidade



Fig.1 – Ensaio Bota 01 (a) Aspetto da sola antes do ensaio (b) Aspetto da sola depois do ensaio

máxima de 5 anos.

A segurança pessoal no combate a incêndios florestais é um tema fulcral nas atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais (CEIF) da ADAI (Universidade de Coimbra). A investigação de acidentes ocor-

ridos em anos transatos indicava que os Bombeiros que tiveram de caminhar sobre material incandescente durante as operações de supressão deterioravam o calçado, desagregando as solas do respetivo corte da bota, obrigando-os a caminhar descalços, por vezes com

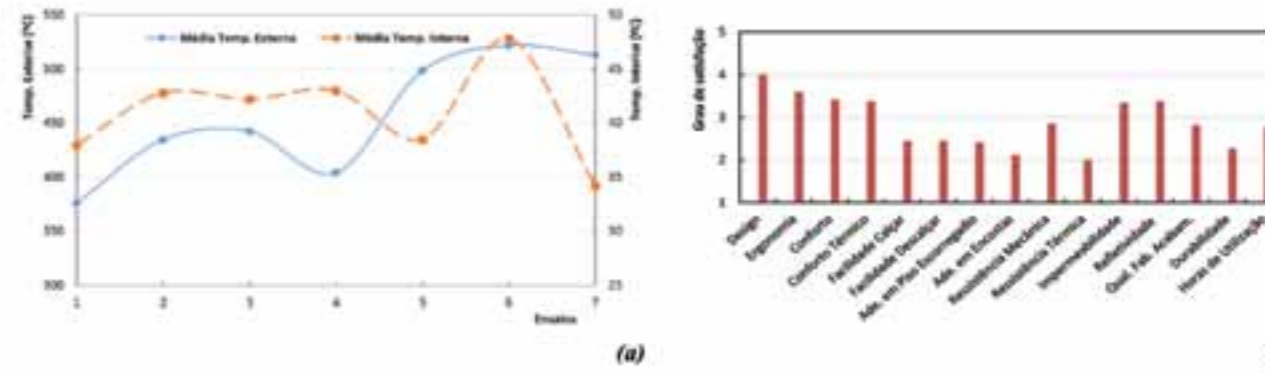


Figura 2 (a) – Evolução das temperaturas médias registadas no exterior e no interior da bota por ensaio realizado, (b) Grau de satisfação ao inquérito realizado aos 10 elementos dos CB da região centro.

desfecho trágico (Viegas et al, 2013). Em Abril de 2014, a ANPC definiu através do despacho n.º 4959/2014 a ficha técnica n.º 10, na qual determina as características técnicas de cada componente do EPI de Bombeiro. A análise feita aos diplomas legais, bem como à norma EN 15090 permitiu verificar que em matéria de atividades relacionadas com a supressão de incêndios florestais seria necessário preparar o calçado com um maior grau de exigência, a fim de evitar a repetição das condições de risco observadas no ano de 2013 (figura 1).

Deste modo, o CEIF propôs ao fabricante português de calçado de trabalho e de segurança, Lavoro, uma troca de sinergias com a finalidade de preparar uma bota capaz de suportar impactos térmicos semelhantes ao experimentado em incêndios reais. Realizou-se um plano de trabalho que contemplou a execução de um conjunto de 7 ensaios para avaliar a robustez das botas e adequar o seu modo de fabrico (de acordo com as normas) de modo a garantir uma maior segurança dos seus utilizadores (Figura 2a). Terminado o conjunto de ensaios e incorporadas as principais conclusões e melhorias, o protótipo foi experimentado em contexto de trabalho por 10 elementos de alguns Corpos de Bombeiros da Região Centro ao longo do Verão de 2014 (Figura 2b).

Os testes revelaram que a bota protótipo tem um bom comportamento térmico e proporciona boas condições de integridade para o seu utilizador, mesmo em condições extremas. Esta utilização foi monitorizada pelos técnicos do CEIF com recurso a entrevistas presenciais a todos os elementos envolvidos em cada



Corpo de Bombeiros, com uma periodicidade quinzenal.

Para este estudo pretendeu-se que a amostra fosse o mais heterogénea possível e abrangesse as diferentes tipologias dos Corpos de Bombeiros (Voluntários, Mistos e Profissionais), áreas de atuação (declives, tipo e ocupação do solo, dicotomia urbano versus rural bem demarcada) e a distribuição por género.

O ano de 2014 foi um ano atípico em termos meteorológicos e climatológicos. Foi um verão frio e chuvoso, o que condicionou o teste dos equipamentos em condições extremas. Este facto levou a que durante os 45 dias de teste existissem Corpos de Bombeiros com poucos dados referentes a algumas questões, nomeadamente a utilização em declives

ou em piso escorregadio. As respostas às 14 questões (figura 2b) que compunham a segunda parte do questionário, permitem concluir que, em termos globais, o protótipo das botas em teste satisfaz o utilizador, sendo salientados o design e a ergonomia do calçado como pontos fortes.

Como trabalho futuro, mais testes deverão promover o desenvolvimento de uma bota para utilização integrada, em operações florestais e na atividade de supressão de incêndios florestais: uma bota que previna lesões dos pés na zona da tibiotársica ou corte causado por ferramentas, manuais ou mecanizadas, tais como roçadoras ou motosserras e que empregue materiais mais leves e ecológicos.



## Ministra defende introdução da proteção civil nos currículos

“Há ensinamentos que devem ser adquiridos desde muito cedo, porque mais dificilmente conseguem ser aprendidos em idade adulta. Por isso, criar uma cultura de Proteção Civil junto dos mais novos, mais do que uma medida acertada, constitui um objetivo estratégico para o país”, sustentou Anabela Rodrigues, ministra da Administração Interna.

A ministra presidiu à sessão evocativa do Dia da Proteção Civil, que se realizou a 2 de março na sede da Autoridade Nacional da Proteção Civil, onde foi apresentado o “Referencial da Educação para o Risco”, projeto realizado em conjunto com o Ministério da Educação e Ciência.

A ministra da Administração Interna, Anabela Rodrigues, considerou ser



“fundamental”, e um “objetivo estratégico para o país”, a introdução, nos currículos escolares, de matérias relativas à redução de riscos e no âmbito da Pro-

teção Civil.

“Creio que é este, porventura, o desafio que se impõe a todos os que assumimos responsabilidade de direção

e condução dos destinos do país: fazer com que as novas gerações estejam mais preparadas do que a nossa”, acrescentou.

Anabela Rodrigues considerou ser “fundamental” que os jovens obtenham, desde cedo, “a formação que lhes permitirá ser parte ativa e consciente da segurança da sociedade e do país”.

Nesta cerimónia, o presidente da ANPC, Major-General Francisco Grave Pereira, também destacou o papel da educação na transmissão dos valores da proteção civil aos mais jovens. O objetivo é “sublinhar o papel fundamental e estruturante que a escola tem para formar cidadãos mais sensíveis e mais bem preparados para a criação de sociedades mais ativas na preparação para a emergência e para o acidente”.

O Major-General Francisco Grave Pereira falou ainda dos investimentos da ANPC para 2015, com destaque para a entrega de 2600 terminais SIRESP para os bombeiros, além da entrega de 14 veículos aos bombeiros e oito milhões para intervenções nos quartéis de bombeiros.



## Zé Baril inserido na Semana da Proteção Civil em Gondomar

O Dia Internacional da Proteção Civil, celebrado a 1 de março, foi assinalado em várias autarquias. Em Gondomar, a efeméride ficou marcada pelo desenvolvimento de várias atividades, entre os dias 4 e 8 de março, organizadas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pela Câmara Municipal de Gondomar.

Neste âmbito, foram organizadas várias iniciativas do Projeto Zé Baril, Mestre da Proteção Civil. Entre os dias 4 e 6 de março tiveram lugar ações no Centro Escolar de Baguim do Monte (com cerca de 350 alunos envolvidos) e na Escola Básica 23 Frei Manuel Santa Inês Baguim do Monte (com cerca de 550 alunos). Foi ainda realizada uma ação no Centro Comercial Parque Nascente.





## Zé Baril ensina crianças da Junta de Freguesia da Estrela a ligarem para o 112

**A**lunos das escolas do núcleo da Junta de freguesia da Estrela, em Lisboa, participaram no dia 31 de março numa formação do Zé Baril, nas instalações da primeira Companhia do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa. Um grupo de cerca de 40 crianças ouviram o formador Nélson Fevereiro falar sobre o procedimento a seguir para chamar o 112 e o tipo de respostas que devem ser dadas ao técnico profissional que recebe a chamada e encaminha o meio de socorro.



## Zé Baril na Escola Básica de Saibreiras

No dia 2 de Março, a equipa do Zé Baril foi à Escola Básica de Saibreiras, fazer uma ação de sensibilização sobre suporte básico de vida aos nossos alunos e professores. A iniciativa decorreu em dois espaços diferentes (biblioteca e sala de prolongamento) para que a atividade decorresse em simultâneo. Esta ação envolveu todos os alunos da escola, num total de 204 alunos: duas turmas de pré-escolar; uma turma de 1º ano; três turmas de 2º ano; uma turma de 3º ano e três turmas de 4º ano. Participaram ainda nove professores.



## “Zé Baril” no Bairro do Esteval

A iniciativa Zé Baril esteve no dia 8 de março na Escola Básica do Bairro do Esteval, no Montijo.



## Zé Baril no Afonsoeiro

A Escola Poeta Joaquim Serra, no Afonsoeiro, Montijo, recebeu no dia 10 de março a iniciativa Zé Baril/Portugal Seguro. Nesta iniciativa participaram alunos do 8º ano deste estabelecimento de ensino.

Pub

1 Aumento 80% de rapidez na chamada de bombeiros

2 Alerta por sms/voz/email

**Connexall**  
A BETTER WAY TO WORK

3 Notificação em massa  
Confirmação de receção

4 FireAlert  
Cada segundo conta

infoeurope@connexall.com
www.connexall.com



## Veículos de combate a incêndios do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa equipados com 15 desfibriladores

O Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) apresentou a 28 de abril o programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE), que vão equipar os veículos urbanos de combate a incêndio com 15 desfibriladores para socorrer vítimas em paragem cardiorrespiratória.

Segundo o comandante do RSB, Tenente-Coronel Pedro Patrício, os equipamentos de desfibrilhação vão permitir “otimizar a possibilidade de sobrevivência em caso de paragem cardiorrespiratória”, com um primeiro socorro prestado pelos veículos, através de “300 operacionais formados e aptos à prática de desfibrilhação”.

A apresentação do programa de DAE decorreu nos Paços do Concelho, com um simulacro de incêndio com uma das vítimas em paragem cardiorrespiratória. Os bombeiros do RSB procederam à demonstração das técnicas de aplicação da DAE numa “vítima” do incêndio.

O vereador da proteção civil da autarquia, Carlos Castro, referiu que o programa permite dotar o RSB de “mais e melhores condições para acorrer aos



munícipes”. “É uma questão, efetivamente, de vida ou de morte”, justificando que a paragem cardiorrespiratória é umas das principais causas de morte em Portugal e a nível europeu. Segundo o comandante Pedro Patrício, os meios de socorro do RSB são, “maioritariamente, os primeiros a chegar ao local da ocorrência”, pelo que o programa de DAE permite, em caso de paragem cardiorrespiratória, “garantir uma desfibrilhação precoce até à chegada dos meios de emergência médica”. O programa de DAE na corporação começou a ser desenvolvido em setembro de 2013, numa primeira fase com a implementação de equipamentos de desfibrilhação num dos quartéis.

Pub

**INTERFIRE**

Material de Proteção e Segurança

**WEBER RESCUE SYSTEMS**



Dr.ª Narcisa M. Bandarra

Investigadora do IPMA  
(Instituto Português do  
Mar e da Atmosfera)

## Principais benefícios do consumo de pescado

Sabia que os esquimós da Gronelândia têm uma baixa incidência de doenças cardiovasculares? Tudo devido aos ácidos gordos polinsaturados da série ómega 3 de cadeia longa (n-3 PUFA). Saiba tudo neste artigo.

Como é bem conhecido, a gordura do peixe é muito saudável devido à presença de ácidos gordos polinsaturados da série ómega 3 de cadeia longa (n-3 PUFA) de que se destaca o ácido eicosapentaenóico (EPA) e o docosahexaenóico (DHA) que, para além da sua importância nutricional, são também benéficos na prevenção de várias doenças. O importante papel destes ácidos gordos só foi evidenciado após estudos epidemiológicos, desenvolvidos na década de 70, junto de uma população de esquimós da Gronelândia. Verificou-se que nesta população havia uma baixa incidência de doenças cardiovasculares apesar de terem uma alimentação muito rica em gordura de animais marinhos (foca, baleia e peixe). Porém, esta gordura apresentava um elevado teor de n-3 PUFA o que levou a associar estes ácidos a limitado número de trombozes coronária. Estudos posteriores de hábitos alimentares dos esquimós a viver na Dinamarca mostraram que a composição dos lípidos do sangue era essencialmente idêntica à

dos dinamarqueses, em geral, e distinta da dos esquimós da Gronelândia. Esta avaliação permitiu concluir que os factores genéticos têm uma importância secundária e que as diferenças seriam devidas a factores externos, entre os quais se destaca a alimentação, desempenhando o consumo de pescado o papel principal. Actualmente, conhece-se o papel dos n-3 PUFA na prevenção da doença cardiovascular, na diminuição do teor de triglicéridos no sangue, produzindo o efeito único de baixar o nível de LDL o que contribui para o seu efeito hipocolesterolémico. Além disso, muitos cardiologistas reconhecem que os n-3 PUFA podem ser muito úteis na prevenção e no tratamento do ritmo cardíaco (arritmia e fibrilação ventricular). De acordo com alguns estudos, doentes que tinham sofrido há pouco tempo um acidente cardíaco agudo e que se encontravam em tratamento médico, apresentavam efeitos muito positivos em relação às oscilações e ao aumento desregulado dos ritmos cardíacos em resultado do consumo de n-3 PUFA. Assim, para a prevenção primária (prevenção em indivíduos saudáveis) da doença cardiovascular foi estabelecida uma dose diária recomen-

Pub

1. JORGE LOZANO, Lda.  
- 1.1. No final do ano de 2014, a empresa Jorge Lozano, Lda. obteve mais uma certificação, desta vez pela Bureau Veritas, e c/ reconhecimento da GWO (Global Wind Organisation), sobre a formação e a certificação de técnicos operadores em parques eólicos, nos módulos de Trabalhos em Altura e de 1.ºs Socorros, estando a preparar-se p/ alargar esta oferta formativa p/ os módulos de Resgate Offshore e de Combate e Extinção de Incêndios;  
- 1.2. A Jorge Lozano, Lda. acaba de ampliar a sua oferta de equipamentos colectivos contra quedas em altura, tendo sido nomeada como representante e distribuidor nacional das soluções da HÜTTER Safety International B.V., através da comercialização, instalação, manutenção e certificação de Linhas de Vida e de Pontos de Ancoragem normalizados, oriundos deste fabricante holandês;

### 2. ANETTA

- 2.1. A associação ANETTA estabeleceu um novo Protocolo de Parceria c/ a ACT, colaborando c/ esta entidade na Campanha 2015/2016 sobre Prevenção de Riscos Profissionais em Máquinas e Equipamentos de Trabalho, quer nos trabalhos a desenvolver, quer também na participação em seminários, congressos e conferências, através de palestras que irá ministrar sobre Trabalhos em Altura;  
- 2.2. A ANETTA foi convidada pela Revista Segurança a participar no 8.º Congresso Nacional dos Técnicos de Segurança, que se realiza de 6 a 8 de Maio de 2015, durante o certame da SEGUREREX.2015, onde estará igualmente presente e onde fará parte do painel do dia 7 de Maio, juntamente c/ outras associações de técnicos, das 09:30 às 11:00, subordinada ao tema "Técnicos de Higiene e Segurança no Trabalho: que associativismo e que futuro?".

dada de 0,5 g de n-3 PUFA e de 1 g destes ácidos gordos na prevenção secundária (prevenção em indivíduos após um evento cardiovascular). Têm sido também referidos efeitos positivos dos n-3 PUFA para a acuidade visual e na prevenção da artrite reumatóide, obesidade, osteoporose, diabetes tipo II e algumas formas de cancro. Outros estudos sugerem que a deficiência em n-3 PUFA poderá contribuir para o aparecimento de algumas doenças neurológicas e psiquiátricas. Com efeito, tem sido estabelecida uma associação entre uma ingestão limitada e o risco acrescido de declínio cognitivo e de doença de Alzheimer. Os resultados existentes não são ainda conclusivos acerca do efeito dos ácidos n-3 PUFA no funcionamento cognitivo no idoso mas parecem apresentar um efeito positivo na redução do risco de demência.

## Homens, jovens com comportamentos de risco na estrada

Os jovens que valorizam as características associadas ao "macho latino", como coragem ou risco, admitem mais transgressões na estrada e, apesar das raparigas transgredirem menos, fazem-no com mais frequência quando também valorizam estes atributos, concluiu um estudo.

"Transgressões na condução em jovens de ambos os sexos: o efeito das normas masculinas tradicionais" é o nome do estudo desenvolvido por Catarina Leitão, no âmbito do seu doutoramento em psicologia social da Universidade do Minho.

O estudo, apresentado no VI Congresso Internacional de Psicologia da Criança e do Adolescente, que decorreu a 22 e 23 de abril na Universidade Lusíada, em Lisboa, pretendeu explorar o possível impacto das normas masculinas tradicionais na incursão em comportamentos de risco em jovens adultos de ambos os sexos.

Catarina Leitão explicou à Agência Lusa que estas normas masculinas são, no fundo, as características associadas ao termo "macho latino", embora esta não seja uma designação correta, disse.

Estas normas "têm sido associadas, na cultura ocidental, a características como coragem, tomada de riscos, autossuficiência e resistência, entre outras", referiu esta investigadora.

Para esta investigação, foram inquiridos 1.534 jovens adultos de ambos os sexos, estudantes do ensino secundário e universitário. A primeira conclusão do estudo vai para a frequência de transgressões na condução, "com as jovens a reportarem uma média 40 por cento menor, comparativamente à média dos jovens do sexo masculino".

Os resultados evidenciam que os participantes do sexo masculino e da classe média e alta reportam mais transgressões na condução do que os do sexo feminino e da classe baixa.

O estudo refere ainda que "o grau de conformidade com as normas masculinas tradicionais explica cerca de 61% das diferenças

encontradas entre os sexos ao nível da frequência de transgressões na condução".

Isto significa que o maior número de transgressões dos rapazes, em relação às raparigas, parece relacionar-se com uma maior aceitação de comportamentos masculinos tradicionais. Ou seja, as transgressões na estrada são mais comuns nos jovens que valorizam os valores associados ao "macho latino".

No que diz respeito às 19 transgressões avaliadas, destacou-se, em ambos os sexos, a condução com uma velocidade acima dos 40km/hora estabelecidos por lei.

Estas transgressões foram reportadas por 41% das jovens e 64% dos jovens do sexo masculino, que assumiram tê-las realizado "pelo menos algumas vezes durante o ano anterior ao estudo".

Catarina Leitão conclui, mediante estes resultados, que o discurso do "macho latino" influencia o sujeito a fazer mais transgressões na estrada.

E esta influência não se limita aos rapazes, pois, "apesar de os jovens do sexo masculino apresentarem maior grau de conformidade com as normas masculinas tradicionais, este parece associado de forma positiva e estatisticamente significativa com a frequência de transgressões na condução em ambos os sexos".

"Para haver mais eficácia, é importante que as campanhas de prevenção da sinistralidade rodoviária não sejam desenhadas em abstrato ou geral para «os jovens», mas que considerem que a construção do género influencia o modo como se percebem e se correm riscos na estrada", disse.

Pub



**JORGE LOZANO**  
TRABALHOS EM ALTURA // FORMAÇÃO E SERVIÇOS



VENDA DE EQUIPAMENTOS  
FORMAÇÃO DE TÉCNICOS  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



Complexo CREL Bela Vista – Rua da Tascoa, N.º 16 – Armazéns N.º 17 e N.º 18 – Monte Abraão – 2745-851 Queluz – Portugal  
Telefones: +351 214.303.267 ou 214.390.209 – Telefax: +351 217.166.408  
E-mail: [jorge.lozano@jorge-lozano.pt](mailto:jorge.lozano@jorge-lozano.pt) – Página Web: [www.jorge-lozano.pt](http://www.jorge-lozano.pt)

# Foto-reportagem

Os Bombeiros Profissionais de todo o país mostraram, o “cartão vermelho” ao Governo no dia 25 de fevereiro. Centenas de bombeiros desfilaram pelas ruas de Lisboa até à presidência do Conselho de Ministros para serem ouvidos e verem as suas reivindicações atendidas.









# ASSINE JÁ!



# SEGUREX

06 09 MAIO 2015

SALÃO INTERNACIONAL DE PROTECÇÃO E SEGURANÇA

FIL  
Feira Internacional  
de Lisboa

O MAIOR  
EVENTO DE  
PROTECÇÃO E  
SEGURANÇA EM  
PORTUGAL

[www.segurex.fil.pt](http://www.segurex.fil.pt)

**ALTO RISCO** cupão de assinatura  
(este cupão pode ser fotocopiado)

Nome: \_\_\_\_\_  
Morada: \_\_\_\_\_  
Código Postal: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Tim: \_\_\_\_\_  
Email: \_\_\_\_\_

**Desejo a Assinatura Anual de:**  
 Revista Alto Risco - 10 euros  Jornal Alto Risco - 8 euros

Enviar Cheque ou Vale de Correio para:  
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

**ESCOLHA O MODO DE PAGAMENTO:**

Cheque n.º \_\_\_\_\_  
no valor de: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_

Vale postal n.º \_\_\_\_\_  
no valor de: \_\_\_\_\_



# Chassis MAN para quando as coisas aquecem.

Melhor protecção. Socorro mais rápido. MAN kann.

Sempre prontos a entrar em acção e tão rápidos como os bombeiros: os fiáveis veículos MAN de combate a incêndio e intervenção em catástrofes estão sempre prontos para ajudar quando é preciso. Como veículos normais ou veículos especiais, dominam a sua tarefa com estilo, salvando vidas, extinguindo incêndios e resgatando quem precisa.

[www.truck.man.eu/pt/pt/index.html](http://www.truck.man.eu/pt/pt/index.html)

MAN kann.

